



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas – ICSA

**AS IMPLICAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE DO  
TRABALHADOR DOCENTE.**

Geruza Luiza da Silva

Mariana – MG 2016



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas – ICSA

**AS IMPLICAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE DO  
TRABALHADOR DOCENTE.**

Geruza Luiza da Silva

Projeto de Conclusão de Curso elaborado como requisito de avaliação da disciplina TCC II do 8º período do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP sob a orientação da professora Mrs. Alessandra Ribeiro de Souza.

Mariana-MG 2016

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

S586i Silva, Geruza Luiza da

As implicações da organização do trabalho na saúde do trabalhador docente: As implicações da organização do trabalho na saúde do trabalhador docente [CD-ROM]/ Geruza Luiza da Silva.-Mariana, MG, 2016.

1 CD-ROM; 4 3/4 pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, DECSO/ICSA/UFOP

1. Trabalhadores - Teses. 2. MEM. 3. Ensino superior - Brasil - Teses. 4. Monografia. 5. Doenças profissionais - Brasil. I.Souza, Alessandra Ribeiro de. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 316.343-  
: 15  
: 1415868

"AS IMPLICAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE"

DISCENTE: GERUZA LUIZA DA SILVA

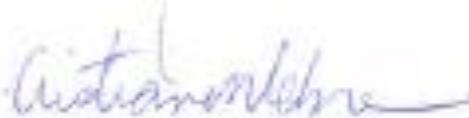
ORIENTADOR (A): ALESSANDRA R. SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovado em: 08/08/2016



(Alexandre Aranha Arbia)



(Cristiane Maria Nubre)



(Alessandro Ribeiro de Souza)

*Dedico este estudo à minha mãe, que com a docência sonhou  
E inspira meu sonho de um dia chegar lá.*

## **AGRADECIMENTOS :**

Agradeço a todas as boas energias e vibrações que emanaram forças para que pudesse concluir essa etapa da minha trajetória acadêmica.

Aos meus pais por serem minha inspiração de força. À minha irmã Jéssica que de modo especial contribui para que eu conseguisse finalizar esse trabalho me dando todo aporte de carinho e cuidado possível e impossível que alguém pode doar. Jéssica você é muito importante pra mim.

Ao Thiago pelas ajudas, conversas, considerações e compreensão dessa fase difícil que me fizeram ter forças para continuar na batalha.

Aos professores cada um com sua parcela, faz parte dessa construção que nada mais é do que a materialidade de todo meu aprendizado nesses 4 anos de curso.

À Alessandra Souza, por tudo! Pela atenção, considerações, cuidado, entendimento, ajudas e por ter sido um grande presente que eu ganhei na graduação. Foram 1 ano no qual eu jamais me esquecerei e levarei com muito carinho o aprendizado inferido.

À Cristiane Nobre, pelo carinho e conversas e todo aprendizado que através dela eu conquistei.

À Carmen, Nilde e Diego, por cuidarem de mim quando eu mais preciso.

À todos que fizeram parte desse momento, obrigada por tudo!

*Vocês que fazem parte dessa massa  
Que passa nos projetos do futuro  
É duro tanto ter que caminhar  
E dar muito mais do que receber  
E ter que demonstrar sua coragem  
À margem do que possa parecer  
E ver que toda essa engrenagem  
Já sentem a ferrugem lhe comer...  
( Vida de Gado- Zé Ramalho)*

## **RESUMO**

O presente trabalho é parte constituinte de uma reflexão que vem sendo realizada, com suporte no método crítico dialético e na obra marxiana, acerca das implicações da organização do trabalho na saúde do trabalhador docente. Trata-se de uma análise investigativa que tem como objetivo problematizar os determinantes sociais na saúde do trabalhador docente dos cursos de Engenharia de Minas e o Serviço Social situando este sofrimento a partir da flexibilidade do trabalho e seus determinantes . O estudo foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica , análise de dados e aplicação de questionário, elaborado na primeira semana de maio estruturado com perguntas que permitam o alcance de resposta das problematizações advindas do objeto de pesquisa.

**PALAVRAS CHAVES:** Trabalho, Ensino Superior , Adoecimento.

## ABSTRATRAC

This work is a constituent part of a reflection that has been conducted with support in critical method dialectical and Marxian work on the implications of work organization in health worker teaching . This is an investigative analysis that aims to problematize the social determinants of health teaching worker Mining Engineering courses and social work situating this suffering from the working flexibility and its determinants. The study was developed from literature review , data analysis and questionnaire drawn up in the first week of May with structured questions that allow the response range of problematizations resulting object pesquisa.

**KEY WORDS :** Labor, Higher Education, Illness .

## SUMÁRIO:

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPITULO I : O MOVIMENTO DO CAPITAL E AS SUAS DETERMINAÇÕES</b> .....	<b>15</b>
<b>1.1 O trabalho como caráter fundante do ser social</b> .....	<b>15</b>
<b>1.2– Lei geral da acumulação capitalista e reestruturação produtiva</b> .....	<b>21</b>
<b>CAPITULO II– TRABALHO DOCENTE DA UFOP E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO</b> .....	<b>28</b>
<b>2.1-Educação na ordem do capital e a contrarreforma da educação no Brasil</b> ---	<b>29</b>
<b>2.2 - Os determinantes sociais na saúde do trabalhador docente</b> .....	<b>39</b>
<b>Capitulo III – ESTUDO COMPARATIVO DAS DETERMINAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE DOS CURSOS DE ENGENHARIA DE MINAS E SERVIÇO SOCIAL</b> .....	<b>51</b>
<b>3.1 – A engenharia de Minas e o Serviço Social na UFOP</b> .....	<b>51</b>
<b>3.1.1 Serviço Social</b> .....	<b>51</b>
<b>3.1.2 Engenharia de Minas</b> .....	<b>56</b>
<b>3.2 Estudo comparativo dos cursos Engenharia de Minas e Serviço Social da Universidade Federal de Ouro preto</b> .....	<b>60</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>75</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>79</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere ao Estudo Comparativo das Implicações da Organização do Trabalho na Saúde do Trabalhador Docente. Tendo como ponto de partida como a expansão do ensino superior intensifica o trabalho docente influenciando no estado saúde/ doença dos mesmos.

O interesse pela temática surge a partir da necessidade de evidenciar como a realidade da organização do trabalho docente se canaliza em sua saúde. O grande desgaste vivenciado por esse trabalhador advindo das exigências de produtividade podem incidir de forma direta em sua saúde, desencadeando um grande estado de adoecimento. A aproximação com a temática abordada se dá no período de greve dentro da Universidade Federal de Ouro Preto. Através da observação pude perceber como a saúde do docente fica comprometida devido a suas condições de trabalho como afirma ANTUNES (2013).

A forma como o trabalho está organizado, imperado pelo modo acumulação flexível<sup>1</sup>, cria mecanismos para que a categoria dos docentes trabalhem de forma intensa e degradante. Segundo HARVERY (2012), nesse momento aumenta-se a flexibilidade permitindo que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho. Partindo desse princípio procuro evidenciar quais os mecanismos utilizados para solapar a qualidade de vida e trabalho do docente colocando em evidência o adoecimento a partir desse modo de produção.

O objetivo da pesquisa gira em torno de problematizar as questões referentes a organização do trabalho. As reflexões se fundamentam a partir do caráter ontológico do trabalho que determina sua reprodução em sociedade. Sabemos que o modelo de sociedade ao qual estamos condicionados a viver ,trás consigo grandes desolações seja no campo material ou espiritual do homem. Com o fortalecimento do capitalismo é possível perceber a intensificação da precariedade do trabalho exercido pelo individuo. Aquele que não é detentor dos meios de produção, ou seja que tem somente sua força de trabalho pra vender e dessa forma garantir sua sobrevivência , vive um processo de precarização constante. Busco apresentar através da pesquisa o cenário da realidade vivenciada pelo docente de ensino superior destacando os determinantes sociais que se

---

<sup>1</sup>A acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. ( Havery, pg.140,2012)

refletem no processo de saúde-doença do trabalhador docente. Para isso, me baseio na interpretação marxista do movimento real, onde podemos perceber a dinâmica e estrutura que sustentam a sociedade.

O meio acadêmico é perpassado por grandes dificuldades que se apresentam como limites ao andamento efetivo da educação dentro das instituições. Essa pesquisa tem como objeto evidenciar como a organização do trabalho contribui para que esses limites sejam instaurados.

A inquietação maior surge da necessidade de vincular o processo de adoecimento do trabalhador que devem ser tratados de forma relevante e séria à precarização da vida cotidiana ao qual está submetido a viver. Tencionando o modelo atual de produção e reprodução da vida social vinculando a extirpação de tal problema à construção de nova ordem societária.<sup>2</sup>

Até onde a organização do trabalho interfere na saúde indivíduo? Onde fundamenta esse problema? A partir dessas indagações será feita uma intensa reflexão capturando a estrutura e dinâmica do objeto em estudo.

A pesquisa teve como principal objetivo desenvolver um estudo investigativo que problematize os determinantes sociais na saúde do trabalhador dos cursos de Engenharia de Minas e o Serviço Social assim como contribuir para futuras publicações e pesquisas sobre a expansão do ensino superior e os determinantes sociais desse fenômeno nas condições de trabalho do docente.

Buscamos Entender os determinantes da organização do trabalho no processo de adoecimento do trabalhador docente, realizar um estudo comparativo entre a realidade de trabalho do docente nos cursos de Serviço Social e Engenharia de Minas, e investigar o processo de privatização da Educação Superior na Universidade Federal de Ouro Preto com ênfase a saúde do trabalhador.

O método crítico dialético marxiano nos permite investigar a sociedade partindo do movimento real dos fatos sem que a investigação fique fragmentada . Através de sua

---

<sup>2</sup>Para derrotar o capital e a barbárie instaurada pelo capital só seria possível por meio da construção de uma nova ordem societária, uma sociedade comunista ( Marx e Engels, 2008; Manifesto do Partido Comunista).

teoria social critica nos propõe que se parta da aparência para então chegar a essência. É possível fazer um estudo dos fenômenos que ocorrem na estrutura do que envolve o objeto estudado com a perspectiva de totalidade, compreensão da estrutura do objeto e seus desdobramentos na contemporaneidade e dessa forma obter um resultado satisfatório que tenha condições de entender de forma profunda o modelo de sociedade vigente. Marx parte do princípio de se pensar o real interpretando-o a partir do plano ideal.

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensando [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para cabeça do ser humano e por ele interpretado. ( MARX,1996:.16;itálicos não originais)

Levando em conta que o que determina o ser social é sua condição material de existência, proponho um debate acerca do quanto as determinações materiais interferem na vida do trabalhador. Partindo do método teórico metodológico de Marx, será feita uma reflexão intensa acerca das condições reais de existência dando ênfase no aparato social oferecido na saúde do humana dentro da sociedade capitalista.

A metodologia adotada para a realização da pesquisa compreende a realização de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário. A pesquisa bibliográfica abordou temas como o modo de produção capitalista e seus determinantes, a organização do trabalho imperado pelo modelo flexível, a expansão do ensino superior, a intensificação do trabalho docente e a saúde do trabalhador construído pelo pesquisador partindo das principais problematizações resultantes do referencial teórico desenvolvido ao longo da pesquisa junto aos professores de Serviço Social e de Engenharia de Minas da UFOP, na pretensão de evidenciar os determinantes sociais que perpassam o ambiente de trabalho do docente a partir da organização do trabalho imperada pelo modo de produção flexível. O adoecimento docente tem sido objeto de estudos e problematizações em todos os níveis de trabalho, o ensino superior não foge dessa realidade tendo em vista as condições de trabalho ao qual a categoria está exposta.

Os capítulos da pesquisa estão estruturados da seguinte forma: O primeiro capítulo diz respeito as determinações capitalistas. Recupera o debate da ontologia do trabalho, sua lei geral de produção juntamente com a questão social e como o trabalho está organizado. O segundo capítulo tece uma reflexão acerca da educação na sociedade

capitalista, as condições atuais de trabalho do docente, os determinantes sociais na saúde desse trabalhador . O terceiro capítulo finaliza com o a realidade dos docentes do curso de Serviço Social da e da Engenharia de Minas através de um estudo comparativo da configuração do processo de adoecimento a partir das condições de trabalho obtidas através da pesquisa aplicada.

O alcance dos objetivos propostos na pesquisa foi obtido através da aplicação de questionário seguido de análise dos dados.

O questionário elaborado na primeira semana de maio, foi estruturado com perguntas que permitam o alcance de resposta das problematizações advindas do objeto de pesquisa. Os questionários foram enviados por emails contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) garantindo o compromisso ético de não plágio do trabalho e resguardando a identidade dos entrevistados e enviado para o corpo docente dos cursos de Serviço Social e Engenharia de Minas. Os questionários foram organizados numericamente e não identificaram os respondentes.

## I CAPÍTULO: O MOVIMENTO DO CAPITAL E AS SUAS DETERMINAÇÕES

“**Não** é a **consciência** dos homens que **determina** o seu ser, mas, ao contrário, é o seu **ser social** que **determina** a sua **consciência**” (Marx)

Este capítulo apresenta uma reflexão a cerca do modo de produção capitalista e suas determinações na sociedade e conseqüentemente na vida do trabalhador. Um modelo de sociedade determinada pela desigualdade, marcada pela produção coletiva e apropriação privada onde o lucro é a medida de todas as coisas e a humanidade se torna refém da busca incansável pela obtenção de mais-valia<sup>3</sup>.

Os temas abordados giram em torno do caráter ontológico do trabalho, a lei geral da acumulação capitalista e o período que se refere ao fordismo até a acumulação flexível explicitando a reestruturação produtiva e nova forma como o trabalho está organizado e seus impactos para os trabalhadores.

### 1.1 O trabalho como categoria fundante do ser social

O trabalho é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social, podemos afirmar que é a categoria fundante do mundo dos homens, ou seja, é no trabalho que se efetiva o salto ontológico que extrai a existência humana das determinações unicamente biológicas. Não existe vida social sem trabalho. O trabalho diz respeito a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói a si próprio como indivíduo e a totalidade social na qual participa. É a categoria decisiva da autoconstrução humana e sua elevação cada vez maior de sociabilidade.

MARX (2011) ao falar sobre o trabalho afirma que é uma atividade previamente pensada no plano ideal antes de ser objetivada, ou seja uma atividade teologicamente projetada, é essa capacidade (de agir teologicamente) que difere o homem dos outros animais.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonhada de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha

---

<sup>3</sup>Célula central de todas as relações na ordem do capital. Ver mais em MARX, 2011: 20.

é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém –se um resultado que já no início existiu na imaginação do trabalhador,e,portanto idealmente.Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria ; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem que subordinar sua vontade.( MARX, 2004:30)

A passagem do ser biológico para o social se dá através de um salto ontologicamente necessário. É atribuído ao trabalho uma posição privilegiada sendo apontado como o provocador do salto ontológico do ser biológico para o ser social.

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica um caráter intermediário: ele é essencialmente uma inter- relação entre homem(sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio , matéria prima, objeto do trabalho, etc.) como orgânica , inter- relação que (...) antes de mais nada assinala a passagem , no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.( LUCKÁCS, 1981:2)

É através do trabalho que o homem se reproduz em sociedade, a atividade que se refere a retirar da natureza o necessário para ser transformado através do trabalho e dessa forma, suprir as necessidades humanas é o que se denomina produção material da vida <sup>4</sup>.

O trabalho por caracterizar o salto do ser biológico para o social é considerado a categoria central pelo qual se pode entender a totalidade. Desse modo, podemos destacar a importância desse entendimento para prosseguir com a reflexão abordada levando em conta que é a partir das relações de trabalho que a sociedade se reproduz.

A sociedade capitalista se constitui de duas classes fundamentais: a burguesia, que possuem a propriedade privada dos meios de produção e o proletariado (trabalhadores) que dispõem apenas de sua força de trabalho como garantia a sua sobrevivência.

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho ( MARX, 2011:219)

A partir da estrutura da sociedade regida pelo capital, o trabalhador se vê obrigado a vender ao capitalista sua força de trabalho, reproduzindo a mesma de forma contínua, não podendo levar em consideração o desgaste ocasionado pela sua prática

---

<sup>4</sup> Relação do homem com a natureza . Ver mais em O Capital, livro I. (2011)

diária. Seu trabalho é realizado para garantir o lucro do patrão, o capitalista não leva em conta o indivíduo e sim tudo aquilo que pode ser retirado de seu trabalho.

O modo de produção capitalista tem como sustentáculo a extração da força de trabalho como seiva de alimento para a reprodução da sociedade. Nos estudos de Marx ele explicita o motivo pelo qual a capacidade de trabalho é tão importante para o mercado e de interesse especial para o capitalista.

[...]Para extrair valor do consumo de um mercadoria nosso possuidor de dinheiro deve ter a felicidade de descobrir, dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possua a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seja realmente encarnar trabalho, criar valor, portanto. O possuidor de dinheiro encontra no mercado uma mercadoria especial: a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.( MARX,2011:197)

A força de trabalho é tida como uma mercadoria que só pode ser vendida pelo trabalhador, ou seja, àqueles que possuem somente seu trabalho como forma de sobreviver, a vende ao seu “patrão” e este a utiliza de forma que seja efetivado o processo de extração de mais valia através do trabalho excedente. As únicas pessoas que não dependem de sua força de trabalho para sobreviver são aquelas que são detentoras dos meios de produção, dessa forma pode-se concluir que substancialmente a maior parte da sociedade é refém de uma outra pequena parcela.

Quem quiser vender mercadoria que não seja sua força de trabalho tem de possuir meios de produção, tais como matérias primas, instrumentos de produção etc.Não pode fazer sapatos sem couro. Precisa, além disso, de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo um construtor de castelos no ar, pode viver de produtos do provir ou de produção inacabada de valores de uso. Desde que apareceu neste planeta, tem o homem de consumir todos os dias, antes de produzir e durante a produção. Se os produtos assumem a forma de mercadoria, tem de ser vendidos depois da produção, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda. O tempo de produção é acrescido pelo necessário a venda. ( MARX, 2011:199)

MARX(2011) afirma que a taxa de mais valia é a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista. Toda dinâmica capitalista está concentrada na produção de uma mercadoria que consiga mais dinheiro do que aquele que foi utilizado no processo inicial.

O principal objetivo do da dinâmica do capital é o lucro. O lucro é obtido através de processos que estão contidos no âmbito da produção. O que permite a geração do lucro é a mais valia que é o motor determinante do modo de produção capitalista, a

busca constante do capitalista é a extração da mesma. Pode-se concluir então que a produção mercantil capitalista é sinônimo de mais – valia, e esta só se realiza através da exploração gerada pelo trabalho excedente que corresponde a jornada de trabalho em que o capitalista extrai a mais valia, ou seja, momento em que o trabalho gera valor maior que seu valor de custo.

O produto, de propriedade do capitalista, é um valor de uso: fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores de uso. Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores do valor de troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor de uso, quer produzir mercadoria; além de valor de uso, valor e não só valor, mas também valor excedente ( mais valia). ( MARX, 2013:220)

A lei geral da acumulação capitalista <sup>5</sup>se expressa pelos processos que garantem a força expansiva do capital (processos de acumulação) ao mesmo tempo que acarretam o empobrecimento da classe trabalhadora, tendo em vista que a dinâmica do capital dificulta cada vez mais as condições de sobrevivência da classe trabalhadora.

MARX (2011) investiga a composição do capital e as modificações que ela sofre no processo de acumulação, para ele interessa o próprio processo de acumular e dessa forma caracteriza como, atores os trabalhadores e os capitalistas, a relação: trabalho assalariado e capital e produto econômico direto a mais valia, salário e a mais valia capitalizada : o trabalhador.

Segundo MARX (1996) para que exista uma civilização industrial moderna é necessário que a produção e reprodução das relações capitalistas se mantenham de forma contínua, dessa forma todo processo social produtivo é também de reprodução. Entender a complexidade e o funcionamento da forma de sociedade capitalista se torna

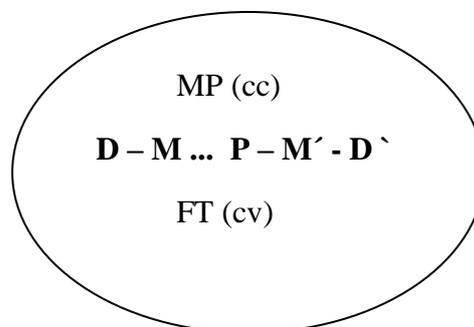
---

<sup>5</sup>“Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja a miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. Essa é a lei absoluta geral da acumulação capitalista”. (MARX, 1988b: 274)

impossível se não entendermos a célula básica que a constitui: a mercadoria. A mercadoria muito além de uma forma de produção é uma forma de sociabilidade humana, ela é o caráter determinante dos produtos.

O que diferencia a especificidade da mercadoria na sociedade capitalista das outras sociedades mercantis é o fato de ter a sua produção baseada na exploração do trabalho. Com D (capital monetarizado) o capitalista compra meios de produção (capital constante) e força trabalho (capital variado) para serem empregados na produção. Desse processo é produzida uma mercadoria M' (produzida pela taxa de extração de mais-valia) com valor superior comparado ao que foi empregado no processo produtivo. Essa mercadoria quando realizada traduz o dinheiro acrescido D' (mais valia).

A tendência que constitui a sociedade capitalista é que parte da mais- valia seja reconvertida em capital e volte para o início da produção como mais-valia capitalizada garantindo a continuidade do ciclo produtivo e gerando acumulação (valorização do capital mediante a produção de mais-valia). Segundo NETTO(2006)esse movimento conhecido como rotação do capital se expressa em:



FONTE: NETTO E BRAZ, 2006.

A força expansiva do capital é determinado pelos fatores da acumulação acelerada. A extração da sua vitalidade e intensidade correspondem a composição orgânica do capital, que é a relação variável entre composição técnica e composição valor.

MARX (2011) ao falar sobre a mercadoria resalta que a perspectiva do valor é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante e capital variável. Essa perspectiva designa o que Marx chamou de composição valor. A perspectiva da

matéria diz respeito a proporção em que o capital se reparte em massa e meios de produção e em montante de trabalho vivo necessário para ser empregados.

Com a grande necessidade de acumulação o capitalista em certos momentos se vê obrigado a diminuir parte do valor que apropria do trabalho excedente e conceder ao trabalhador um aumento no salário. A elevação dos salários dos trabalhadores se depara com certos limites pelo fato da base do sistema dever-se manter intocável.

O trabalhador durante uma parte do processo de trabalho, só produz o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor dos meios de subsistência que lhe são necessários. Produzindo ele num sistema que se fundamente na divisão social do trabalho, não produz diretamente seus meios de subsistência, mas um valor ( sob a forma de uma mercadoria particular, o fio, por exemplo) igual ao valor dos seus meios de subsistência ou ao dinheiro com que os compra. A parte do seu dia de trabalho despendida para esse fim é maior ou menos segundo o valor dos meios de subsistência dos quais em média necessita diariamente, segundo, portanto, o tempo de trabalho em média diariamente exigido para a produção deles. ( MARX,2011:253)

A situação do trabalhador será sempre subalternizada tendo em vista que o capitalista tem por objetivo extrair o máximo da mão de obra que é uma mercadoria especial, a única que gera um valor maior do que seu custo. Através do trabalho excedente é que se obtém a geração da mais valia, esse trabalho diz respeito a exploração da força de trabalho que é regada por uma rotina exaustiva onde o sujeito não é levado em conta, pelo contrário, o indivíduo é visto como uma mercadoria refém da busca incansável pelo lucro.

O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e , por consequência, à sua reprodução. Enquanto valor, a força de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. ( MARX, 2011:200)

[...] O processo de consumo da força de trabalho é ao mesmo tempo, o processo de produção de mercadoria e de valor excedente( mais valia). O consumo da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza-se fora do mercado, fora da esfera da circulação. (MARX, 2011:206)

O que permanece como fato e processo ineliminável da acumulação capitalista é o exército industrial de reserva e a polarização de uma riqueza social que tem condições de se expandir exponencialmente e uma pobreza social que produz incessantemente uma enorme massa de homens e mulheres que possuem acesso restrito aos bens

necessários à vida. A prova disso se concentra no debate da “questão social”<sup>6</sup> que surge na terceira década do século XIX, no momento em que a base urbano – industrial do capitalismo começava a se firmar e quando a acumulação dava seus primeiros passos firmes.

[...] Historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. Foram às lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, 2001:17)

A questão social é insuprimível do modo de produção capitalista e ganha novas dimensões e expressões à medida que a acumulação avança e ocorrem mudanças no capitalismo. Ela é indissociável da emergência do trabalhador que tem como única forma de garantir sua sobrevivência vender sua força de trabalho. O modo de produção capitalista passa por grandes transformações, sendo a mais enfatizada no que tange a forma como o trabalho se organiza. Se em determinado momento da história o modelo fordista imperava a medida dos anos a acumulação flexível passa a ser o modo operador da organização do trabalho. O próximo subitem oferecerá subsídios para que tais configurações sejam entendidas.

## **1.2 Do fordismo a acumulação flexível**

O início do sistema fordista de produção surge como uma estratégia de reprodução ampliada do capital através de um conjunto de práticas econômicas, políticas, sociais e técnicas gerenciais. O fordismo tem a característica de junção da produção em massa com as normas tayloristas do trabalho. Esta segunda se limita a separação entre concepção e execução do trabalho.

A forma como é marcada a produção fordista (separação entre execução do trabalho e sua concepção) demonstra uma forma de lidar com a subjetividade do trabalhador uma vez que o mesmo permanece inarredável em seu posto de trabalho. O movimento do trabalhador se estabelece pela repetição a ser executada por um ritmo determinado, dessa forma toda sua qualificação é incorporada a máquina.

---

<sup>6</sup>Conjunto das expressões das desigualdades sociais e das lutas advindas da lógica de organização capitalista, onde a produção é cada vez mais social e o fruto do trabalho cada vez mais privado. (NETO E BRAZ :2006)

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. Mas isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente. Por isso, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores “privilegiados”( em larga medida imigrantes) para ter certeza de que o “novo homem” da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e de capacidade de consumo prudente ( isto é, não alcoólico) e racional para corresponder às necessidades e expectativas da corporação. A experiência não durou muito tempo, mas a sua própria existência foi um sinal presciente dos profundos problemas sociais, psicológicos e políticos que o fordismo iria trazer. (HARVERY, 1993:122)

Sabemos que para a geração de mais valia a mão de obra é um elemento essencial a produção e dessa forma o trabalhador ineliminável desse processo, a partir dos anos de 1950 e 1960 começam a encontrar formas de aproveitar do que propõe o fordismo. A concentração de operários nas fábricas facilitou a organização dos trabalhadores, o que fortalece a sindicalização da classe trabalhadora e se torna uma grande característica desse modelo, isso contribui para um campo de contestação aos processos de trabalho o que gerou grandes ganhos a classe trabalhadora como por exemplo a diminuição do desemprego e a possibilidade de condições melhores de vida. A ideia da produção em massa e o consumo em massa ofereceu condições do trabalhador exigir maior porcentagem da riqueza socialmente produzida. Na verdade o aumento dos salários era uma estratégia do capital garantir o consumo e dessa forma assegurar sua estabilidade produtiva. Houve uma pseudo ideia de estabilidade que dentro de seus limites gerou ganhos a classe trabalhadora.

Nesse contexto o Estado assume papel fundamental em tarefas como o controle dos ciclos econômicos de forma a garantir o compromisso fordista entre trabalho, Estado e Capital. A luta pela melhoria das condições de vida e trabalho marcam o período fordista.

Foi necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista; e foi preciso o choque da depressão selvagem e do quase-colapso do capitalismo na década de 30 para que as sociedades capitalistas chegassem a alguma nova concepção da forma e do uso dos poderes do Estado.( HARVERY,1993:124)

A ilusão que perpassara o período conhecido como “anos dourados” se finda. , o período Taylorista \_Fordista e o Keynesianismo onde a democracia representativa ganha corpo e a onda expansiva sobressaía as crises cíclicas, chega ao fim .

Na fase contemporânea do estágio imperialista, a estratégia do capital impactou fortemente os trabalhadores e tornou-se lugar comum salientar as transformações do “mundo do trabalho”, entre as quais destacam-se a crise do movimento sindical e a redução do contingente dos operários industriais.( NETTO e BRAZ,2006: 219)

As transformações implementadas pelo capital tem como objetivo claro a redução da queda da taxa de lucro e a criação de novas condições de exploração da força de trabalho. O crescimento do desemprego é um marco nos países onde o trabalho foi flexibilizado. O desenvolvimento das forças produtivas reduz o numero da classe operaria.

Não existe uma “ruptura” essencial entre “acumulação fordista Keynesiana” e “ acumulação flexível”. É importante salientar que quando surgiu no começo do século XX, o fordismo chegou a inspirar, como a dita “ acumulação flexível” de hoje uma série de fantasias utópicas e celebrou o revolucionar das condições de produção e de vida material. (ALVES, 2009:37)

Foram oito anos de evidência da incapacidade do fordismo conter as contradições do capital , sua ruptura foi marcada entre outros fatores pela diminuição dos ganhos de produtividade e saturação da norma social de consumo que nas décadas de 1960 e 1970 se expressam de forma mais intensa.

[...] Por certo houve uma imensa mudança na aparência superficial do capitalismo a partir de 1973, embora a lógica inerente da acumulação capitalista e de suas tendências de crise permaneça a mesma. Precisamos considerar, porém, se essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima geração ou se marcam uma série de reparos temporários, constituindo assim um momento transacional de dolorosa crise na configuração do capitalismo do final do século XX.( HARVERY, 1993:177)

O capitalismo contemporâneo que tem no centro de sua dinâmica a protagonização dos monopólios, consoma um modo particular do capitalismo marcado pela financeirização e retenção. Dessa forma como resposta a crise social ocorrida nesse período o tripé do neoliberalismo , financeirização e reestruturação produtiva sustentam a emergência de novas determinações sociais no âmbito da produção, economia e da política.

A totalidade concreta da reestruturação capitalista implica ondas reestruturativas de largo espectro na economia, produção, política, cultura, tecnologia e psicologia social, processos reestruturativos que iriam marcar as décadas de 1980 e 1990. Surge um novo e precário mundo do trabalho, um novo mundo da economia (financeirização) mundo da política( Estado neoliberal), mundo da cultura ( pós modernismo), mundo da tecnologia ( III Revolução Industrial com suas terceira e quarta revoluções tecnológicas) e mundo da sociabilidade (o sócio- metabolismo da barbárie). (ALVES, 2009:34)

A acumulação flexível marca o confronto com a rigidez do fordismo se fundamenta na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, padrões de consumo e produtos.

[...]Havia problemas com a rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalhos. E toda tentativa de superar esses problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora- o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período de 1968-1972. A rigidez dos compromissos do Estado foi intensificando à medida que programas de assistência ( seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos. ( HARVERY,1993:135-136)

O modelo de produção flexível se caracteriza pela emergência de novos setores de produção, novas formas de fornecimento de serviços financeiros, mercados e taxas altamente intensificados de inovação tecnológica, comercial e organizacional. É fundamentada pela implementação da reestruturação produtiva, do neoliberalismo e financeirização. O capital produtivo se transfere para o financeiro com geração de riqueza sem trabalho , apenas no circuito “mágico” de D-D’.

A reestruturação produtiva marca a intensificação da exploração e o trabalho de forma cada vez mais flexibilizada. O neoliberalismo diz respeito a um intervenção teórica que propõe um estado mínimo e cada vez menos intervencionista nas questões sociais. Nas palavras de NETTO (2006) representa uma noção rasteira de liberdade e oferece subsídios para o fortalecimento do capital e reprodução ideológica de forma que o trabalhador não se reconheça dentro de sua classe e incorpore o discurso do capital pautado na liberdade e individualização assegurando um entendimento cada vez menor de cidadania e maior precarização da classe trabalhadora.

O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural”, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical- uma das colunas políticas do regime fordista. ( HARVERY, 1993:141)

A flexibilidade possibilita condições do empregador aumentar a pressão de controle do trabalho. Esse modelo de produção é marcado por um grande nível de desemprego “estrutural” e retrocesso do poder sindical conquistado na era fordista. O

mercado de trabalho passa por grande reestruturação , acirrando as competições e estreitando as margens de lucro. Com o enfraquecimento dos sindicatos e o grande numero de desemprego, o patrão aproveita para submeter o trabalhador a regimes de contratação mais flexível , o que implica divisão da força de trabalho afim de reduzir o emprego regular em prol do crescente uso do trabalho em tempo parcial, subcontratado e temporário que estabelece insegurança ao trabalhador.

[...] Muitos desempregados passam ao desengajamento sindical e partidário, o que é, em parte fruto da desilusão e de sua situação precária e instável, porém o principal problema que advém do crescente desemprego é a defesa potencial, por parte de parcela da classe trabalhadora melhor qualificada e com maior estabilidade no emprego, de ideias da direita política, em detrimento das atividades de assistência social e redistribuição de renda, que beneficiariam os desempregados. Práticas “neocorporativistas” que procuram preservar os interesses do proletariado estável, vinculado aos sindicatos, contra os segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado, parcial etc. também a possibilidade de consolidação de uma consciência de classe dos trabalhadores.( BOTELHO,2008:75)

Tipos diferentes de produção emergem como, por exemplo, as cooperativas, autônomas, patrimoniais e etc. Na acumulação flexível o trabalhador se torna cada vez mais explorado e o argumento para sustentar isso é que o proletário mais que um operário, é visto como “colaborador”, retirando toda a consciência do trabalhador.

O Fordismo oferecia condições de pelo menos assegurar o controle a mobilidade social ascendente e garantir a segurança ao operário que seus filhos seriam minimamente operários também, entretanto com a chegada da acumulação flexível e para garantir a estabilidade do lucro fez-se necessário a desestabilização do trabalho intensificando cada vez mais a exploração do trabalho pelo capital.

O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento dos lucros podem ser garantidos e acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto em crescimento em valores reais ( e, eventualmente, atingi-los) , pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência , como falta de crescimento.[...]O crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo na produção. Isso não significa que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria.( HARVERY,1993: 166)

A instabilidade social retorna caracterizando a típica situação do trabalho sob o comando do capitalismo que encontrou limitações no período vigente do fordismo. A manobra do capital representa instabilidade ao trabalhador que nesse momento não tem garantia de estabilidade no trabalho sendo corroído pelas determinações flexíveis de trabalho sujeitos a todo tipo de incertezas e mudanças o que determina uma situação de instabilidade instaurada nas relações sociais do homem podendo desaguar no adoecimento do trabalhador.

A exponenciação da “questão social” marca a fase do capitalismo contemporâneo, que aumenta a precarização e informalização das relações de trabalho e conseqüentemente as formas de exploração trazendo novamente a tona aquilo que parecia estar no passado. Tendo como direção o monopólio, o capitalismo de forma impiedosa e regido pelos princípios neoliberais faz de tudo para assegurar o controle dos recursos necessários a produção de ponta. A concentração e centralização econômica é garantida em primeiro lugar conduzindo também a concentração do poder político.

Os primeiros passos do ajuste neoliberal, que primava pelo esvaziamento do polo social-público do Estado e fortalecimento de seu polo privado-mercantil, seriam concomitantes com os da liberação do campo da educação superior para o mercado a partir de 1997. No caso da economia, este movimento de ajuste neoliberal inicia-se com a desregularização e flexibilização das relações de trabalho, e pela redução e privatização dos sistemas de seguridade social. A retirada do controle estatal sobre empresas e serviços foi o passo seguinte, pelo qual o grande capital recebeu do Estado, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros e serviços de importância básica para o país, como distribuição de energia, transportes, telecomunicação, saneamento básico, saúde e educação. (NETTO; BRAZ, 2007 apud SGUISSARDI 2015 :873)

O momento caracterizado pela reestruturação produtiva, num contexto de crise demanda enxugamento do Estado que nesse momento oferece todos os subsídios necessários para a reprodução social capitalista. Os determinantes sociais da produção flexibilizada dispõe ao trabalhador condições de trabalho que vão muito além da rotina em que ele se depara em seus postos de trabalho. Um grande desmonte nos direitos sociais conquistados aparecem de forma a escancarar péssimas condições na execução das políticas de educação, saúde, assistência e assim por diante.

O próximo capítulo apresentará reflexões a cerca da política de educação inserida no modo de produção capitalista e limitada às determinações de uma

sociabilidade regida pela desigualdade de classes, investimentos escassos e ofertas cada vez mais instáveis de emprego para os trabalhadores da área educacional. Buscaremos também evidenciar as principais medidas contrarreformistas no campo da educação superior bem como evidenciar os estudos que tem indicado o aumento do adoecimento docente em decorrência das condições de trabalho impostas.

## **CAPÍTULO II: TRABALHO DOCENTE DA UFOP E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO.**

Cérebros, nervos, músculos..

Meu corpo explode em coisas que não sou eu

Os seres humanos fazem coisas maravilhosas que o transformaram em coisas terríveis

M-D-M

Disse-me Deus

D-M-D

E Deus não mais existe

O diabo expulso do céu resiste

D-M-D`

E as coisas caminham com seus pés

Suas almas cheiram sangue

Quando se vendem em cada esquina

Saíram de mim por cada poro

Fugiram de mim pelo cansaço

Romperam meu corpo de carne

Fluido de óleo-pele de aço

Ganham vida roubando a minha

Assumem porque abdicó

Falam porque calo

Feitichizam porque reifico

Sou eu que me olho coisa

Já fui ela, mas me esqueço

É a vida que olho no corpo da coisa,

Mas, morto...não me reconheço.

(Mauro Iasi)

A reestruturação produtiva estabelece o modo de produção sob a égide da organização do trabalho pautado na lógica da “flexibilidade” onde tende a ser cada vez mais aprofundada a precarização trabalhista e o desemprego é como um fantasma que assola os trabalhadores os colocando em uma situação de escolha mínima de forma que ele se sujeite a todo tipo de escassez , isso dentro da educação ocorre de forma cruel e

desenfreada . A categoria docente é permeada por grandes determinações que solapam a qualidade de vida do trabalhador sendo uma delas a exigência de grande produção e competência por salários cada vez mais baixos. O ensino superior não foge dessa realidade. Este capítulo pretende evidenciar as determinações sociais na docência superior como causalidade do adoecimento e desgaste físico e mental primordialmente pelo fato de ter como exigência básica a produtividade desenfreada.

## **2.1- Educação na ordem do capital e a contrarreforma da educação no Brasil**

Ao falar sobre a Educação inserida nos moldes do sistema capitalista MESZÁROS<sup>7</sup> (2005) reflete sobre uma mudança que sirva como porta de entrada a concessão de uma educação humanitária. Para explicitar de forma clara o autor utiliza autores liberais como ADAM SMITH<sup>8</sup> e OWEN<sup>9</sup> que nos permitem entender de forma detalhada os complexos inerentes a essa sociedade e como são apontadas saídas reformistas. Segundo o autor, Adam Smith condenou de forma explícita o impacto negativo do sistema sobre a classe trabalhadora refletindo sobre o espírito comercial como causa do imbróglio defendendo que o mesmo limita as visões do homem.

[...]Na situação em que a divisão é levada até a perfeição, todo homem tem apenas uma operação simples para realizar; a isso passa pela sua cabeça, em exceção daquelas que com ela tem ligação imediata. Quando a mente é empregada numa diversidade de assuntos, ela é de certa forma ampliada e aumentada, e devido a isso geralmente se reconhece que um artista do campo tem uma variedade de pensamentos bastante superior a de um cidadão. Aquele talvez seja simultaneamente um carpinteiro e um marceneiro, e sua atenção certamente deve estar voltada para vários objetos, de diferentes tipos. Este talvez seja apenas um marceneiro, esse tipo específico de trabalho ocupa todos seus pensamentos e como ele não teve a oportunidade de comparar vários objetos sua visão das coisas que não estejam relacionadas com seu trabalho jamais será tão ampla como a do artista. Deverá ser esse o caso sobretudo quando toda a atenção de uma pessoa é dedicada a uma dentre dezessete partes de um alfinete ou uma dentre oitenta partes de um botão, de tão dividida que esta a fabricação de tais produtos[...] Essas são as desvantagens de um espírito comercial. As mentes dos homens ficam limitadas, tornam-se incapazes de se elevar. A educação é desprezada, ou no mínimo negligenciada, e o espírito heroico é quase totalmente extinto. Corrigir esses defeitos deveria ser assunto digno de uma séria atenção. (Adam Smith “Lectures on justice, police and arms” (1763, pg 318-21) em Adam Smith’s moral and political philosophy, ed. Herbert W. apud MESZAROS,2005:28)

---

<sup>7</sup> István Mészáros é um autor dentre os principais intelectuais marxistas contemporâneos. Escritor de várias obras, dentre elas os livros Para além do Capital e Educação para além do capital.

<sup>8</sup> Ecomista e Filósofo. Conhecido como o pai da economia e do pensamento liberalista econômico sua principal obra é a Riqueza e Miséria das Nações

<sup>9</sup> Importante socialista utópico, considerado como fundador do reformismo e do cooperativismo.

MESZÁROS(2005) aponta também as concepções de OWEN a cerca da educação, partindo do princípio que o economista aqui referido defende sua tese na espera que a cura educacional se origine da razão e do esclarecimento :

Devemos então continuar a obstar a instrução nacional dos nossos camaradas que, como foi mostrado podem facilmente ser treinados para serem diligentes, inteligentes, virtuosos e membros valiosos do Estado? De fato, a verdade é que todas as medidas agora propostas são apenas uma transigência com os erros do sistema atual. Mas considerando que esses erros agora existem quase universalmente e têm de ser ultrapassados apenas por meio da força da razão; e como a razão, para produzir um efeito sobre os objetivos mais benéficos, faz avanços passo a passo e consubstancia progressivamente verdades de alto significado, uma após outra, será evidente, para mentes abertas e acuradas, que apenas com essas e outras similares transigências pode-se esperar, racionalmente, terá -se sucesso na prática. Pois tais transigências apresentam a verdade e o erro ao público, e, sempre que esses são exibidos em conjunto de um modo razoável no final das contas a verdade tem de prevalecer[...]espera-se, confiantemente, que esteja próximo o tempo em que o homem, por ignorância, não mais infligirá um sofrimento desnecessário sobre o homem, porque a maioria da humanidade se tornará esclarecida, irá discernir claramente que ao agir assim inevitavelmente criará sofrimento a si própria. Ilbidem, p 88- 9 *apud* MESZAROS, 2005:30-31)

É importante entender que no que tange a educação muitos limites são encontrados devido a “ lógica incorrigível do capital” termo utilizado por Meszarós para entender a essência dissipada dentro da sociedade capitalista que não permite a educação avançar para além dos moldes de um interesse hegemônico. Seria impossível tratar da educação separando os processos educacionais e sociais, uma vez que ambos estão ligados de forma íntima.

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação. As mudanças sob tais limitações apriorísticas e de prejudicadas, são admissíveis apenas como o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo em conformidade com as exigências inalteráveis da lógica global de um determinado sistema de reprodução. (MESZÁROS,2005:25)

As “reformas” que redefinem o papel do Estado e sua relação com a educação assim como as transformações no mundo do trabalho afetam de forma direta o trabalho

docente. É necessária uma mudança radical corretiva e auto servidora do capital a fim de transformar e alcançar a modificação necessária no âmbito educacional.

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, procurar margens de reforma sistêmica na própria estrutura do sistema capitalista é uma contradição em termos. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MESZÁROS,2005:27)

É necessário um modelo educacional que transcenda os limites da política , ou seja que as experiências cotidianas nos permitam apreender e repassar nosso conhecimento. Que possamos ser livres para desenvolver nosso potencial apreendido pela necessidade primeira de trabalhar.

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase” a aprendizagem é nossa própria vida”. Pois muito do nosso processo contínuo se situa, felizmente fora das instituições educacionais formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguarda e sancionada. Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material ou menos carente em nossa primeira infância , do nosso primeiro encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho sujeitas a uma escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com que a partilhamos e , claro, até o nosso envolvimento, de diferentes maneiras e ao longo da vida em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. ( MESZÁROS,2005:53)

É possível observar com clareza que as instituições formais não estão inseridas num processo emancipatório, pelo contrario, contribuem para a aceitação e conformidade da sociedade. Romper com os interesses do capital é uma realidade muito distante do cenário dessas instituições visto que elas estão sob seu total controle e domínio.

MESZÁROS (2005) ao falar sobre esse fenômeno propõe uma transformação essencial. Dessa forma os remédios para sanar o “problema” não podem ser formais e sim partindo da essência estrutural da sociabilidade humana e, devendo abarcar a totalidade das praticas educacionais da sociedade estabelecida.

A educação para além do capital visa uma ordem social qualitativamente diferente. Agora não é só factível lançar-se pelo caminho que nos conduz a essa ordem como também é necessário e urgente. Pois as incorrigíveis determinações destrutivas da ordem existente tornam imperativo contrapor aos irreconciliáveis antagonismos estruturais do sistema do capital uma alternativa concreta e sustentável para a regulação da reprodução metabólica social, se quisermos garantir as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação, orientado pela única perspectiva efetivamente

viável de ir para além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito.  
(MESZÁROS, 2005:71)

A forma como a educação esta institucionalizada serve de forma fiel a expansão do capitalismo de modo que tenha como interesse central a “ formação de mão-de obra para o mercado de trabalho. As potencialidades do individuo são escamoteadas pela escolha pré determinada que vai sendo trabalhada desde a infância com o propósito único de produção e reprodução do ser social.

Assim, a sociedade capitalista resguarda com vigor não apenas seu sistema de educação continua, mas simultaneamente também de doutrinação permanente, mesmo quando a doutrinação que impregna tudo não parece ser o que é por ser tratada pela ideologia vigente consensualmente internalizada como sistema de crença positivo compartilhado de maneira legitima pela “sociedade livre” estabelecida e totalmente não objetivavel. Ademais o que torna as coisas ainda piores é que a educação continua do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social” estabelecida não precisa de nenhuma mudança significativa. Precisa apenas de uma “regulação mais exata em suas margens, que deve alcançar pela metodologia idealizada do “pouco a pouco”. Por conseguinte, o significado mais profundo da educação continua da ordem estabelecida é a imposição arbitrária da crença na absoluta inalterabilidade de suas determinações estruturais fundamentais.(MESZÁROS, 2005:82)

Se faz necessário mudança na essência da estrutura capitalista para que possamos avançar frente ao conhecimento inerente a humanidade. Para romper com a autoalienação do trabalho é importante universalizar a educação (no sentido humanizador) e universalizar o trabalho como atividade humana autorrealizadora.

O processo de contrarreforma na educação não ocorre de forma universal quando se analisa as estruturas que o fundamentam , dessa forma é importante resgatar a formação econômica- social brasileira na qual o processo de expansão da educação no Brasil esta inserida, assim como o papel da Universidade sob os marcos do capitalismo dependente.

Segundo LIMA (2012) a expansão da educação no Brasil se deu a partir de três 3 necessidades do capital: Subordinação da ciência à lógica mercantil, constituição da ciência de lucratividade e construção de estratégias de obtenção de consenso afim de servir o projeto burguês neoliberal.

A educação superior assume a noção de educação terciária onde o papel do Estado no processo de expansão superior é de grande importância e a mercantilização toma conta desse espaço.

O papel histórico do Estado brasileiro na condução da política de expansão da educação superior é fundamental. É o Estado que cria o arcabouço jurídico para operar esta política, autorizando e credenciando as IES privadas bem como legalizando a privatização interna das IES públicas e estimulando o produtivismo e o padrão mercantil da pesquisa e da produção de conhecimentos. As concepções de educação superior- reduzida à educação terciária e de universidade como instituição de ensino e/ou instituição subsumida à lógica mercantil- são compartilhadas por reitores das universidades e por parte dos docentes dessas IES. ( LIMA, 2012:2)

A contrarreforma do Estado<sup>10</sup> faz com que a exigência de lucratividade se acirre, isso porque nesse momento é necessário um governo que se doe de forma ainda mais intensa à lógica capitalista que se sustenta através do lucro, ou seja, a educação brasileira passa a ser incorporada pelo incessante aumento da busca de lucratividade .

A expansão da Educação superior é uma exigência do próprio capital com falsa imagem da “política inclusiva”. A base de contrarreforma da educação brasileira na verdade se baseia na modernização<sup>11</sup> para atender as mudanças ocorridas no seio do sistema capitalista.

Em meados da década de 1990 a Universidade estava em crise gerada pelas estratégias de alteração na configuração da luta de classes e da dominação imperialista que exigia a privatização de setores estratégicos dentre eles o setor educacional. A crise que se instaura é expressão da lógica de lucratividade, elemento central do sistema capitalista e seu projeto social.

Os estudos de LIMA (2012) exibem o fato de que em 1994 a universidade se encontrava em profunda crise. Tudo isso gerado pelas alterações ocorridas na configuração da luta de classes e da privatização de setores estratégicos do país, dentre eles a educação.

A crise da universidade é, desta forma, imposta pela crise constante do capital em sua busca incessante pela lucratividade e pela conformação de mentes e corações ao seu projeto de sociabilidade.( LIMA,2012: 8)

Dentro do desenvolvimento da privatização existe uma forte omissão desse processo estar presente no âmbito educacional, dessa forma a reforma universitária fica

---

<sup>10</sup> Ver mais em KatiaLima, Expansão da Educação Superior Brasileira na primeira década do novo século,2012)

<sup>11</sup> A modernização aqui referida tem como conceito uma forma do Estado assumir a roupagem de mínimo para o social e máximo para o capital afim de garantir a reprodução do sistema capitalista.

a margem do “milagre educacional” com ilusões a cerca da democratização sem que a condução do regime burguês fosse pontuado assim como o padrão de educação dependente que tem como cerne a dependência do imperialismo e capitalismo brasileiro.

O governo FHC teve como principal enfoque os princípios do neoliberalismo, a expansão da educação, nesse período, ganha uma racionalidade determinada através de dois mecanismos básicos que se dão pela ampliação do setor privado e a privatização interna das IES públicas.

Segundo informações disponibilizadas no CENSO 2002, ao final do governo Cardoso o ingresso em IES públicas somava 320.354, enquanto nas IES privadas somava 1.090.854 (BRASIL MEC/INEP,2002). Dois outros elementos devem ser articulados às análises sobre a expansão do acesso à educação superior via instituições privadas: em primeiro lugar trata-se de um acesso via diversificação das IES, direcionado especialmente às instituições privadas não universitárias e que não precisam por determinação legal, implementar políticas de pesquisa e extensão, na medida em que somente as universidades são caracterizadas como instituições em que há indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em relação à organização acadêmica, em 2002 o número de instituições estava assim distribuído de 1.637 IES, 162 eram universidades, 77 eram centros universitários e 1.398 eram faculdades isoladas (BRASIL, MEC/INEP,2002 apud LIMA,2012.)

O direcionamento às instituições privadas é um processo de grande relevância quando se pensa a expansão da educação superior brasileira, isso porque um direito que deveria ser oferecido de forma gratuita torna-se uma forma de servir ao mercado garantido a lucratividade e escamoteando do trabalhador a possibilidade de garantia do acesso a uma educação que vá para além dos muros do que determina o interesse econômico do país.

[...] O governo Cardoso realizou um profundo reordenamento das universidades públicas particularmente as federais, através da venda de “serviços educacionais” e a expansão da educação superior será materializada através da oferta de cursos pagos, especialmente cursos de pós graduação lato sensu: do estabelecimento de parcerias entre as universidades públicas e as empresas pela realização de cursos, consultorias e assessorias viabilizadas através das fundações de direito privado, da concepção de política de extensão universitária como venda de cursos de curta duração; da criação de mestrados profissionalizantes, em parcerias com empresas públicas e privadas, considerados ternos de privatização analisados por vários pesquisadores.(SGUISSARDI E SILVA JR, 1999, SILVA,2002 E LIMA, 2007 apud LIMA,2012 :8-9)

A Educação brasileira passa por uma reconfiguração conduzida pelo governo Fernando Henrique Cardoso<sup>12</sup> que tem como base a reformar o Estado que se concretiza a partir do Plano Diretor no qual explicita a condução da privatização como cargo chefe da atividade Estatal no que se refere ao ensino superior e os serviços por ele ofertados.

O projeto neoliberal para a universidade brasileira é claro e articula três núcleos básicos. Em relação ao projeto político pedagógico, operacionaliza a redução de um número significativo de universidades públicas e/ou de unidades de ensino a “instituições de ensino de graduação” através da quebra da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Em relação ao financiamento da política de educação superior, como do número de IES privadas. Em relação ao trabalho docente, evidencia-se a sua intensificação, estimulada pelo número de alunos e turmas nas “instituições e/ou unidades de ensino” e pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento das IES e/ou unidades com política de pós- graduação e pesquisa já consolidada. ( LIMA, 2012:9 )

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) vivenciou a reforma direcionada pelo capital sob os moldes do projeto neoliberal onde a centralidade da educação é pautada na heteronomia e não na autonomia consagrando o aumento da competitividade e maior poder à privatização.

No do partido dos trabalhadores tem-se grande expectativa de que mudanças em torno da implementação do projeto neoliberal ocorresse e dessa forma o processo de privatização não fosse contínuo. Após sucessivos governos uma reformulação na educação acontece e é inegável que o acesso ao ensino superior é um fenômeno de destaque, porém, o que se faz necessário pensar são quais as bases estruturais para que tal fenômeno acontecesse, ou seja, a privatização permanece em expansão e existe um crescimento gigantesco das Instituições de Ensino .Os espaços públicos permanecem se transformando em espaços de apropriação privada e de lucratividade.

Na continuidade das contra reformas, o governo Lula assim como o governo anterior, tem implementado a segunda geração de reformas neoliberais .A principal diferença entre a primeira e segunda geração de reformas contrárias ao mundo do trabalho efetivadas pelo governo de FHC e de Lula, reside na sua complementaridade, vez que o atual governo trata de regulamentar o desmonte dos direitos realizados por FHC. (ANDES-SN,2004:10)

Segundo documento produzido pelo ANDES (2004),“a contra-reforma universitária é parte ativa e componente da segunda geração de reformas estruturais. A entidade indica que a base de fundamentação dessas reformas tem sua base de

---

<sup>12</sup> Sociólogo escritor e cientista político e foi presidente da República entre os anos de 1995 a 2003.

fundamentação política na seguintes concepções :1) a educação como bem publico”. Esta concepção oportuniza a defesa da seguinte argumentação: na medida em que as instituições públicas e privadas prestam um serviço publico, justifica-se a alocação de verba publica para instituições privadas PROUNI<sup>13</sup> ( Programa Universidade para Todos), diluindo os conceitos de público e privado e retomando a noção de público não estatal de Bresser Pereira – FHC; 2 ) “ a justiça social como igualdade de oportunidades”. Desta forma caberá a cada individuo, a partir de suas competências e habilidades, conquistar uma vaga nos cursos pós médio ( sequências, cursos de curta duração) ou nas universidades ( ciclo básico ou integralizando o curso de graduação); 3 ) “ O Estado como supervisor.” Destaca o papel do Estado na regulamentação do sistema ( elaboração da Lei Orgânica da Educação), sem fazer referência ao financiamento público para a educação pública. Reserva-se ao já amputado, Estado brasileiro, no âmbito do ensino superior, a supervisão e regulação já que o financiamento do ensino publico não está entre suas prioridades.”

O processo de desenvolvimento educacional é perpassado por um ambiente reformista de mudanças graduais. Todas suas determinações só poderiam ser superadas a partir de uma transformação que partisse da estrutura capitalista que produz e reproduz o domínio sobre a educação e atravessa um quadro de reforma e exigência que requer uma exploração desenfreada do trabalhador dessa área. O avanço do sistema sob a égide do capital tem como consequência a precarização do trabalho, isso repercute de forma gradual na saúde do trabalhador por não oferecer ao sujeito condições de se proteger dos desafios gerados por todas as questões que perpassam o ambiente de trabalho.

[...] Se a gênese e desenvolvimento da educação superior no Brasil foram marcados por uma expansão de acesso para formação de um letrado com aptidões gerais; o regime burguês- militar realizará a expansão do acesso inundando a universidade com o objetivo de controlar professores e estudantes na luta pela ruptura com o padrão dependente de desenvolvimento e de educação.( LIMA,,2012:14)

O período que segue entre os anos de 2003-2010 foi fundamentado pelo alargamento da universidade a partir da concepção de neoprofissionalismo,

---

<sup>13</sup> É o programa do Ministério da Educação, criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.( [http://siteprouni.mec.gov.br/tire\\_suas\\_duvidas.php#conhecendo/disponível](http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo/disponível) em 27/09/16 às 10:55)

competitividade e heteronomia dessa forma teve como base a propagação da lógica de educação terciária .

LIMA (2012) ao falar do governo petista, elabora uma quadro demonstrando decretos e leis que explicitam algumas ações tomadas materializando a intensa reformulação da educação superior brasileira

Buscamos extrair do quadro as principais reformas que tem relação com o trabalho docente.

<b>Arcabouço jurídico</b>	<b>Conteúdo</b>
Medida Provisória 147//03	Institui o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior- SINAPES
Lei n ° 10.861 de 14 de abril de 2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- SINAES
Decreto Presidencial 5.205 de 14 de setembro de 2004.	Regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado.
Lei de Inovação Tecnológica 10.973/04	Trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas
Lei de Parceria Público-Privada N° 11.079 de 30 de dezembro de 2004	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público- privada no âmbito da administração pública
Lei n° 11.096/2005	Institui o Programa Universidade para Todos ( Prouni) – que trata de “generosa” ampliação de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior.
Projeto de Lei 7.200/06( apensado ao PL n° 4.212/04 e PL n° 4.221/04	Tratam da Reforma da Educação Superior
Decreto Presidencial 6069/07 e a divulgação das Portarias Interministeriais 22 e 224/07 ( Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG e Ministério da Educação/MEC	Decreto de criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI e portarias que tratam da criação de um Banco de Professor- Equivalente, inscritos no Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE divulgado em 2007
“Pacote de autonomia” em 2010 e composto pela Medida Provisória 495/10 e pelos Decretos 7232,7233 e 7234/10	Esse “pacote” amplia a ação das fundações de direito privado nas universidades federais; retira das universidades a definição dos projetos acadêmicos a serem financiados, transferindo essa prerrogativa para as fundações de direito privado; legaliza a quebra do regime de trabalho de Dedicção Exclusiva/ DE; não resolve a falta de técnico- administrativos, criando somente um mecanismo de realocação de vagas entre as instituições federais de ensino superior/IFES; cria as condições para a diferenciação dos orçamentos da IFES, intensificando ainda mais o trabalho docente e , por fim, cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, sem deixar claro de onde sairão os recursos financeiros para realização do Programa

FONTE: LIMA, K. Serviço Social e Educação;2012:11-12-13-14)

A lógica coercitiva neoliberal adentra o âmbito educacional transformando aquilo que diz respeito a conta do Estado em uma dívida pessoal a cada indivíduo. Avançar para além de “escolas” de formação técnica por mão de obra barata se torna tarefa quase impossível. A educação gratuita e de qualidade é escamoteada pelos interesses da economia. O capitalismo ataca com toda sua ferocidade explicitando-se como um golpe a educação e sua importância perante a formação de consciência e processo de desalienação do trabalho. Uma das formas de mercantilização encontradas dentro da expansão da educação são as atividades de extensão como prestação de serviços à comunidade, tendo como objetivo captar recursos e complementar as verbas orçamentárias.

As atividades de extensão, seja pela prestação de serviços à comunidade, seja por outros mecanismos, devem ser concebidas e estruturadas como instrumentos de formação acadêmica, de apoio às atividades de pesquisa e extensão à comunidade, não estando, portanto, subordinadas ao objetivo de captação de recursos para a complementação de verbas na dotação orçamentária. (ANDES-SN-2004:31).

. A educação brasileira ao assumir o caráter do produtivismo desenfreado contabiliza uma grande entrada de alunos nas Universidades sem que fosse montada estrutura que desse suporte para a efetivação da educação de qualidade. A força motriz do modelo educacional passa a ser a emissão de certificado em longa escala através da lógica de quantidade e desconsiderando a qualidade do serviço. A grande referência desse fenômeno é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), processo no qual a porta de entrada para Universidade Federal aumenta de forma substancial atravessando grandes problemáticas no campo da educação.

Uma importante referência desta certificação em larga escala é o Programa REUNI apresentado através de Decreto Presidencial ( 609/07), com os seguintes objetivos: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais e aumentar o número de estudantes por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação através da flexibilização dos currículos, da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos, elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino. Tudo isto no prazo de cinco anos. Para cada universidade federal que aderir a este “ termo de pactuação de metas”, ou seja, um contrato de gestão com o MEC, o governo prometeu um acréscimo de recursos limitado a vinte por cento das despesas de custeio e pessoal. Entretanto, uma análise cuidadosa do parágrafo terceiro do artigo 3 e do artigo 7º do Decreto de criação do REUNI deixa

claro em que termos ocorre esta “expansão”, pois “o atendimento aos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC” e “ as despesas decorrentes deste processo devem estar circunscritas às dotações orçamentárias consignadas anualmente ao MEC.”( LIMA,2012:18)

O fato do numero de vagas nas universidades ter aumentado é um dado importante de análise em relação ao número de docentes que tem como tarefa responder a essa demanda tendo em vista a qualidade de serviço do professor com ênfase na proporcionalidade entre o numero de docentes para cada discente.

A explosão do numero de vagas nas universidades federais é um dado alarmante, na medida em que o próprio relatório da ANDIFES não apresenta qualquer informação sobre a relação entre o número de vagas discentes e as vagas docentes. As vagas docentes cobrem a demanda já existente nas universidades federais gerada pela aposentadorias, exoneração e outros? Essas vagas docentes respondem ao quadro de ampliação de vagas discentes e das turmas e cursos, especialmente, nos polis de interior das universidades federais? O documento da ANDIFES não faz qualquer referência a estas questões.(LIMA,2012:22 )

A docência superior enfrenta grandes desafios para com o modelo educacional construído de forma sócio-histórica. No próximo subitem será tecida uma reflexão a cerca da determinação da sociabilidade capitalista na vida do trabalhador docente enfatizando a lógica produtivista como causalidade ao adoecimento docente.

## **2.2 – Os determinantes sociais e a saúde do trabalhador**

É importante entender antes de mais nada como se dá o desenvolvimento social que determina o estado saúde-doença do trabalhador. As implicações em torno da saúde do docente emergem a partir de um processo social no qual a produção e reprodução individuo social estabelecem mecanismos objetivos que processualmente retiram do homem as condições físicas e biológicas essenciais a sua sobrevivência.

As determinações sociais do processo de saúde-doença representam as condições sociais objetivas de vida e de trabalho da população. Reconhecem, assim, a saúde e a doença como um processo social, fundamentado na base material de sua produção e na articulação de processos biológicos e sociais. ( MENDES;WUNSCH,2011:471)

As reformulações da educação em torno das exigências colocadas ao docente tiveram rebatimentos alarmantes no que tange a saúde desse trabalhador. As determinações institucionais constituem um série de atividades que orientadas pelo desenvolvimento da educação, controla estudantes e professores afim de que eles não rompam com o padrão dependente educacional.

[...] Se a gênese e desenvolvimento da educação superior no Brasil foram marcados por uma expansão de acesso para formação de um letrado com aptidões gerais; o regime burguês- militar realizará a expansão do acesso inundando a universidade com o objetivo de controlar professores e estudantes na luta pela ruptura com o padrão dependente de desenvolvimento e de educação.( LIMA,2012:14)

O trabalho pautado na flexibilidade e no ideário neoliberal, propaga o acirramento da competitividade, isso faz com que o mérito seja um elemento de condição para o emprego. Com o intuito de conseguir o sucesso profissional o trabalhador passa a extrair de si mesmo uma força que vai além de seus limites e o coloca em condições desoladoras física e mental gigantesca.

Se voltarmos às análises já clássicas sobre a organização do trabalho, podemos dizer que, com isso, separa-se o produto final de sua idealização, subdivide-se a especialidade do trabalho docente e barateiam-se os custos, visto que não se demanda mais um profissional de alta qualificação para o cotidiano do trabalho docente, pois é possível contratar a força de trabalho por diferentes formas e para diferentes funções. (PINTO, 2012:13)

O trabalho sobre a era flexível teve grandes rebatimentos na área da educação, a falsa ideia de que através da formação a garantia do trabalho se torna uma certeza, fez com que a busca por instituições de ensino qualificadas aumentasse, dessa forma uma espécie de ranking se estabelece como forma de medir a competência do docente e aluno de forma a condiciona-lo a ter como produto final a garantia de eficácia em todas suas produções na carreira acadêmica.

O desdobramento da nova configuração da educação para o trabalho docente restringe-se ao exercício de tarefas dissociadas, atrelando a remuneração do seu trabalhador à quantificação dos afazeres que consegue assumir. Com isso, a totalidade do trabalho docente é “ferida de morte” porque possibilita e estimula uma divisão por tarefas, ou seja não se qualifica mais a atividade docente sob o tripé ensino, pesquisa e extensão, como interligados e componentes de uma formação profissional integradora.(PINTO,2012:13)

A carreira docente foi conquistada em 1987 pela força da luta da categoria, porém, ao longo dos anos muitas alterações impostas foram desfigurando-a. Estas alterações se inserem no conjunto das estratégias de ataque ao trabalho que discutimos em nosso primeiro capítulo e produziram retirada de direitos, precarização do trabalho, descaracterização da Dedicção Exclusiva, modificação do Regime Jurídico Único, quebra da paridade entre ativos e aposentados e distanciamento entre os graus de ensino.

Na atualidade no interior das universidades atuam docentes com remunerações diferenciadas e essa desconstrução assume contornos ainda mais nefastos com a **Lei Nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016** que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação que possibilitam a privatização por dentro do público.

Entre outros aspectos é importante destacar como a referida Lei amplia a legalidade de instituições de direito privado dentro das universidades possibilitando entre outros a instituição de incubadoras, parque tecnológico, polo tecnológico e:

VII - fundação de apoio: fundação criada com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação e de interesse das ICTs, registrada e credenciada no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e das demais legislações pertinentes nas esferas estadual, distrital e municipal;

XII - extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado; (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

XIII - bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento; (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

XIV - capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 9º É facultado à ICT celebrar acordos de parceria com instituições públicas e privadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo. .

O sofrimento causado pela incessante busca de resultados em prazos curtos acarreta riscos cotidianos a vida do trabalhador que experimenta uma rotina de exaustão gigantesca além de grande ansiedade pelo sucesso. As relações instáveis se traduzem numa batalha escravizante onde a rotina de trabalho cresce cada vez mais.

Os tempos dentro e fora do trabalho se confundem e permeiam toda a vida do professor universitário, “e, mais do que isto, um tempo de trabalho intenso e multifacetado, atravessado por atividades e exigências diversas que não cessam”.( LOPES, 2006:38)

PINTO (2016) nos chama atenção ao condicionamento e imposição de carga horária aos docentes, de forma alheia às condições e particularidades concretas da vida acadêmica, priorizando o desmembramento entre ensino, pesquisa e extensão, combinando-se, nesse aspecto, com o Decreto 7.233 que trata da autonomia universitária. O mesmo quebra a isonomia e paridade universitária, descaracterizando a relação entre trabalho igual, salário igual e a deferência aos que construíram o patrimônio social da universidade pública e que hoje estão aposentados. Introduz facilidades para projetos entre instituições, sem clarificar se serão consórcios e parcerias entre instituições públicas, o que abre um canal para o repasse de recursos públicos ao setor privado, também estabelece a avaliação de desempenho como critério para a percepção de parcela significativa da remuneração, feita a partir de regras exteriores à instituição, acresce-se a esse tema o Projeto de lei complementar nº 248 de 1998 que disciplina a perda de cargo público por insuficiência do setor público.

O quadro abaixo demonstra as principais alterações ocorridas no exercício do trabalho docente:

EXPANSÃO DO MERCADO	DO	Expressão da lógica da educação como mercadoria: ampliação das matrículas no nível superior e aumento da relação alunos/docentes.
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	DO	Ênfase na produtividade; estímulo à prestação de serviços, eufemismo para privatização; crescente precarização do trabalho docente com a implantação do banco equivalente e pressão por titulação dos docentes com a rapidez do mercado
DIREITOS TRABALHISTAS		Aviltantes condições salariais e de trabalho impostos por “ políticas salariais” diferenciadas e pelo aumento das horas de trabalho em razão da escassez de concursos públicos; precarização das condições de aposentadoria, com o fim de direitos como a paridade e a isonomia entre ativos e aposentados posta pela famigerada contrarreforma da previdência
FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE	DA	Redução da produção do conhecimento e importação de modelos tecnológicos e sua adaptação às exigências , devido ao lugar ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho; redução da educação e processo de transmissão de conhecimentos ;subordinação da formação ao tipo de trabalhador demandado pelo mercado e pela “nova ordem econômica mundial”.

FONTE: PINTO,2012- SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO.

A condição de precarização intensa e a cobrança exarcebada aponta para um quadro de sofrimento constante do trabalhador. A flexibilidade das relações de

trabalhado fez com o sofrimento ganhasse corpo e a instabilidade torna-se o elemento de condução da vida do trabalhador desencadeando doenças .

Estudos feitos por LEITE (2016) e CIAVATTA( 2016) apontam sobre o fato de maior parte dos professores dedicam seu cotidiano as produções acadêmicas. Todo seu tempo é direcionado a produção acadêmica, ao compromisso de realizar um trabalho efetivo de acordo com as exigências da instituição. O trabalho docente se reduz a uma forma de gerar lucros através da dissociação entre o conhecer e o fazer gerando grande sobrecarga de trabalho. A busca pela qualificação e a cobrança pela produtividade através do exercício profissional docente o coloca a frente de uma realidade onde seu tempo é tomado inteiramente pelo trabalho.

O que se revela como mais grave é que assim pode se estabelecer efetivamente a dissociação entre o conhecer e o fazer, reduzindo o trabalho docente a uma simples atividade. Isso gera sobrecarga de trabalho para o docente e coaduna-se com a consolidação do abismo entre ensino, pesquisa e extensão, tão necessários aos voos que o capitalismo precisa dar para não mergulhar no abismo da retração dos lucros.(PINTO,2012: 13)

Existe uma reforma educacional que ocorre na esteira das transformações no mundo do trabalho. A crise que assola a sociabilidade humana aprofunda as pressões sobre a produção do conhecimento reduzindo o ensino inteiramente a serviço do mercado e da geração de lucros.

Diante da etapa de crise do sistema capitalista, com aprofundamento de queda da taxa de lucro, são produzidas inovações tecnológicas e organizacionais, e na disputa pela maior taxa de acumulação do capital, a educação passa a ser “verdadeira riqueza das nações”. Diante da ideologia de que esse quadro é inevitável, que não há alternativa para a humanidade fora das reformas propostas pelo modelo capitalista em vigência, a consequência para a educação é se adequar ao “ novo capitalismo. O capitalismo intelectualizado e moderno. O ensino a serviço do mercado, ainda que na retórica se formule a serviço da sociedade, mas o desvendamento se sucede a uma pergunta básica: de que sociedade? A do mercado, a dos capitalistas. ( PINTO,2012:)

De acordo com LEITE (2016) o trabalho docente na atualidade é um ambiente marcado por pressões e competitividade pelo desempenho quantitativo e o cumprimento de metas (gerencial). Propício para a ocorrência de aumento do consumo de álcool, tonificantes, drogas e tabaco, provocando doenças crônicas, principalmente cardiovasculares e respiratórias. Podemos destacar de acordo com documento produzido ao ANDES-SN 2016 algumas doenças, que concomitante a grande exigência de produção acadêmica são desencadeadas ao longo do exercício profissional sendo elas:

Depressão- (abuso de ansiolíticos, hipnóticos e neurolepticos.). Suidicio. Síndrome de Burnot : (resultado de um prolongamento do processo de tentativas de lidar com as determinadas condições de estresse, sem sucesso.)

Assédio Moral psicoterrorismo (um processo de violência psicológica extremado contra o trabalhador, que pode ter relação direta com dano a sua saúde. Em geral, caracteriza-se por três dimensões podem aparecer associadas, mas são independentes.).

Esgotamento emocional- ausência ou carência de energia, acompanhada de um sentimento de de esgotamento emocional.

Falta de realização profissional( sentimento de inadequação pessoal e profissional. Há uma tendência de o trabalhador se autoavaliar de forma negativa)

Despersonalização(endurecimento afetivo ou insensibilidade emocional. Tratar clientes e colegas como objetos, coisificar a relação.( LEITE, 2016)

LEITE (2016) Chama atenção para transformações no âmbito da organização do trabalho docente que possui como causalidade um estado saúde-doença pautado em cinco características alarmantes: Ênfase no individual( inadaptabilidade incapacidades), psicologização (sentir-se produtivo), marginalização (ocultamento da dimensão coletiva), banalização a competitividade e naturalização da velocidade e quantidade de trabalho.

O Quadro abaixo explicita a configuração emocional conduzida pela pressão ao produtivismo e especialização como produto da realização docente em seu ambiente de trabalho.

*Médias, desvio padrão (entre parênteses) e teste estatístico significativo do burnout e do comprometimento afetivo em relação à titulação máxima*

	Titulação Máxima					Teste Estatístico	
	Graduação	Especial	Mestrado	DR <sup>o</sup>	Pós-DR <sup>o</sup>	F	p<
Exaustão Emocional	1,07 <sub>a</sub> (1,21)	1,85 (1,34)	1,92 (1,26)	1,99 (1,18)	3,96 <sub>b</sub> (1,06)	2,655	0,05
Comprometimento	6,31 <sub>a</sub> (0,39)	5,99 <sub>a</sub> (0,81)	6,05 <sub>a</sub> (0,94)	5,86 <sub>a</sub> (0,93)	4,13 <sub>b</sub> (0,12)	3,751	0,01

Nota: As médias que não compartilham o mesmo subscrito possuem diferença significativa, p < 0,05, no teste scheffé

Fonte: Sousa, Mendonça & Zanini, 2009

FONTE: SOUSA, MEDONÇA E ZANINI,2009 APUD LEITE JANETE,2016-ANDES-SN.

As doenças ocorrentes na categoria docente superior em sua maior parte esta ligada com a pressão exercida pela instituição em busca do desenfreado produtivismo,e

processo de privatização dos bens de serviço no que tange ao aparato social dado ao docente.

O ser social determinado pelos elementos da sociedade atravessa seus limites e busca para além deles a satisfação dos afazeres no qual o trabalho dispõe. Esse fenômeno não pode ser naturalizado, tendo em vista que os rebatimentos são cruéis e indiscutivelmente desumanos.

O quadro a seguir elaborado a partir de estudos feitos por LEITE (2016) caracteriza algumas doenças e materializa a gravidade e necessidade de colocar em pauta as implicações da organização do trabalho docente na saúde desse trabalhador.

DOENÇAS:	CARACTERIZAÇÃO:
<b>Doença de Burnot</b>	Começou a ser descrita na literatura médica e psicológica a partir de 1974. Não possui etilogia definida. Ocorre como uma relação a fontes de estresse ocupacionais contínuos que se acumulam. A ênfase recai no processo de desgaste psicológico e nas consequências psicológicas e sociais da exposição crônica e não apenas nas reações físicas ( Maslach,2006) apud LEITE (2016)
<b>Assédio Moral ( psicoterrorismo)</b>	Ações repetidas de acesso psicológico que tem por objetivo ou por efeito uma degradação das condições de trabalho, suas aptiveis de causar dano aos direitos e à dignidade, de lesar a saúde física ou mental ou de comprometer o futuro profissional do trabalho ( OMS,2004) Ocorre de forma reiterada e sistemática. O perfil consiste na concretude do ambiente de trabalho, onde o estabelecimento de rótulos ou perfis poderá ensejar humilhação, degradação, desvalorização daqueles que, mesmo produtivos, sejam todos como de menor importância quando em cotejo com outros, os que possuem o aludido “ perfil desejado.Não se restringe ao âmbito individual: quando um é humilhado, todos os outros que se identificam com ele sentem-se como “ a próxima vítima”.
<b>Psicopatológicos</b>	Sintomas ou síndromes de ansiedade Depressão (incluindo apatia, insônia, problemas de concentração,humor depressivo, perda de interesse por coisas ou situações, introversão, insegurança. Falta de iniciativa, melancolia, mudança de humor( ciclotimia) e irritabilidade ( distimia)

<b>Psicossomáticos</b>	Hipertensão arterial Ataques de asma brônquica Úlcera estomacais Enxaqueca Perda de equilíbrio ( labirintite ou síndrome de meniere) Torcicolos Lumbagos Queda de cabelo ( alopecia) Dores musculares e/ou articulares de origem tensional e estresse
<b>Comportamentais</b>	Reações agressivas/consigo ou com outras pessoas. Transtorno alimentares Aumento do consumo de álcool e/ou drogas Aumento do tabagismo Disfunção sexual e isolamento social

FONTE: LEITE, 2016;ANDES-SN.

As condições de trabalho impostas aos profissionais da educação soterram a possibilidade de não trabalhar em meio ao caos. O cenário que assola a vida do trabalhador docente faz com que ele se perca entre o urgente e o importante retirando a primazia da satisfação pessoal em seu ambiente de trabalho.

A sociedade e suas expressões se materializam em vários campos de atuação do trabalho docente, sendo um deles a saúde. É imprescindível compreender que o estado saúde-doença esta ligado diretamente com a possibilidade do trabalhador desenvolver suas atividades diárias.

[...] A saúde do trabalhador pressupõe uma interface entre diferentes alternativas de intervenção que complementem as varias formas de determinação do processo de saúde do trabalhador desde a sua organização na sociedade e no trabalho, compreendendo-se essa realidade sob uma perspectiva de sujeitos coletivos, conhecendo-os e reconhecendo-os historicamente. Desse modo, é preciso, além do diagnostico e do tratamento, a implementação simultânea das modificações nos ambientes de trabalho, bem como o desenvolvimento de outras ações no âmbito da organização desses ambientes, que devem estar em consonância com as múltiplas mudanças nos processos de trabalho, as quais retratam a divergência de interesses entre capital e trabalho, quando emergem as doenças e os acidentes de trabalho. ( MENDES;WUNSCH,2011:468)

A proteção social oferecida aos trabalhadores docentes se limita ao ofensivo movimento do capitalismo que tem como pretensão unilateral a acumulação de capital.

Na área da saúde do trabalhador, tem –se a proteção social como banalizadora dos direitos a ele relacionados. Ela passa a ser definidora das

reais e efetivas condições de garantia e preservação das condições de reprodução social advindas do ofensivo movimento do capitalismo sobre o trabalho humano, ao longo de seu processo de acumulação.(MENDES;WUNSCH,2011:473 )

Todas as relações do trabalhador são perpassadas pelo feitichismo da mercadoria, a necessidade de consumo, configura uma relação de busca incessante por uma remuneração salarial que ofereça condições do individuo ocupar espaços de lazer para além da Universidade assim como ter uma vida mais tranquila economicamente. Entretanto tudo aquilo que oferece “esquecimento” é mediado pelo dinheiro, isso faz com que o trabalhador se exponha a condições de tormento dentro do trabalho para lá fora ter condições de esquecer do que pensa é sua realidade dentro de seu emprego.

O acesso á saúde encontra grandes limites uma vez que os bens de serviços ofertados passam por grandes transformações que tendem a desconstruir cada vez mais os direitos do trabalhador assim como a emergência de um imenso desmonte na política de saúde, fazendo com que o acesso as condições básicas e necessárias não seja efetivada a não ser por meio da privatização e tendo como principal elemento a detenção de dinheiro como forma primeira de se proteger e ou/ cuidar das doenças.

A saúde é resultado das possibilidades de satisfação de necessidades básicas materializadas em direitos sociais, o que pressupõe a articulação das diferentes interfaces sociais entre modo de viver e acesso que os indivíduos tem aos bens e serviços, os quais contribuem para redefinir o binômio saúde/doença( Mendes,2003). Entende-se, dessa maneira, que a saúde representa o acesso a um conjunto de condições básicas necessárias e um mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais. Reconhecidamente de forma materializada no plano legal, pelo conceito contemplado pela Lei n 8080, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde no SUS (1990), a saúde é “ resultante das condições de alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer e liberdade, acesso à propriedade privada da terra e dos serviços de saúde.” ( MENDES;WUNSCH,211:471)

A reforma sanitária, que teve como proposta a defesa da universalização das políticas sociais e da garantia dos direitos sociais no campo da saúde, ampliou as concepções vigentes até meados da década de 1970. A criação e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) espelha uma das propostas dessa reforma e foi regulamentado em 1990 pela Lei Orgânica de Saúde (LOS). O SUS representa uma estratégia de universalização e democratização do acesso aos direitos assim como uma forma de melhoria dos serviços de saúde. Contraditoriamente a essa iniciativa as contrarreformas neoliberais do Estado tem como objetivo a privatização do acesso à

saúde, fazendo do usuário um mero consumidor. Há um grande estímulo ao setor privado e conseqüentemente o SUS se torna restrito aos pobres, com ações mínimas e programas focalizados, ou seja, o acesso satisfatório a saúde se restringe a lógica de consumo.

O Sistema Único de Saúde (SUS) completou vinte anos de existência e, não obstante ter conseguido algumas inovações, o SUS real está longe do SUS constitucional. Há uma enorme distância entre a proposta do movimento sanitário e a prática do sistema público de saúde vigente. O SUS foi se consolidando como espaço destinado aos que não têm acesso aos subsistemas privados, como parte de um sistema público universal não se efetivou, apesar de alguns avanços como o acesso de camadas da população que antes não tinha direito; o sistema de imunização e de vigilância epidemiológica e sanitária; os progressos na alta complexidade, como os transplantes, entre outros. (CFESS,2010:22)

A partir da década de 1990 é instaurada uma disputa feroz entre um projeto mercantilista e o projeto de reforma sanitária criado em 1970. A desconstrução do Estado faz com que ele passe a ter a função de garantia cada vez menor de universalização, suas propostas são pautadas na focalização do acesso, ampliação da privatização, estímulo ao seguro privado, entre outros. O que produz resistência aos projetos de privatização é o fundamento de universalidade composto no Projeto de Reforma Sanitária, mas a tendência de hegemonia das propostas neoliberais são gigantescas uma vez que o capitalismo juntamente com o apoio do Estado é um adversário muito grande às propostas de democracia efetiva.

As implicações da desconstrução do Estado que atinge sobretudo a seguridade social considerada pelo projeto neoliberal como causadora de um déficit fiscal do Estado configura a nova política de saúde e impacta de forma direta a vida do trabalhador. A precarização do trabalho se intensifica assim como a situação de miséria absoluta.

No Brasil, a Seguridade Social contemplada constitucionalmente institui três grandes políticas sociais como constitutivas da proteção social: a Saúde, a Previdência Social e a Assistência Social. Isto representa avanços importantes, fundamentalmente no campo da política de saúde, pela sua universalidade e pelo reconhecimento da Assistência Social como política pública. Inaugura também uma nova relação entre Estado e a sociedade pelo seu caráter descentralizado e participativo. Entretanto, este modelo, enseja contradições históricas que não foram superadas, cujos reflexos incidem e se viabilizam na análise que se faz sobre o trabalho e a saúde do trabalhador. Factualmente o que se constata é que as refrações das expressões do trabalho presentes na saúde do trabalhador são respondidas pelo Estado de forma insuficiente. (MENDES,WUNSCH,2011:473)

Os desmontes ocorridos no seio da Seguridade Social, fazem com que a previdência e a saúde privada sejam a realidade mais próxima de proteção social para a

categoria docente, tendo em vista que essa privatização é um processo sustentado pela lógica capitalista lucrativa. A saúde do trabalhador é um tema que surge recentemente nos estudos científicos, dessa forma é necessário conceituar os determinantes que envolvem o eixo de desenvolvimento que perpassa esse estudo para que dessa forma possamos compreender e aprofundar a temática aqui estabelecida. O quadro abaixo irá oferecer subsídios para que tais determinantes sejam entendidos, ou seja, de que forma a saúde do trabalhador esta incorporada.

Determinantes Do Processo Saúde/ Doença	Ação Principal	Caráter Principal De Ação	Ator Principal	Cenário	Papel de Usuário	Campo de Saúde
1 Biológico	Tratamento de doença	Técnico	Médico	Hospital	O usuário é o objeto	Medicina do Trabalho
2 Ambiental	Prevenção da doença	Técnico	Equipe	Ambulatório	Usuário e ambiente são objetivos	Saúde ocupacional
3 Social	Promoção da saúde	Técnico Político	Cidadão	Sociedade	Sujeito	Saúde do Trabalhador

FONTE: MENDES E OLIVEIRA,1995; apud MENES;WUNSCH,2011:467.

A evolução da concepção de saúde que marca as políticas públicas de saúde elaboradas a partir da CF88 é duramente impactada pela lógica mercantilista que consequentemente impede o avanço da concepção de saúde do trabalhador que considere aspectos relacionados ao tratamento, prevenção e a promoção da saúde ficando ainda restrita ao campo da medicina do trabalho.

No próximo capítulo será feita uma reflexão comparativa demonstrando os rebatimentos da organização do trabalho docente nos cursos de Engenharia de Minas e Serviço Social. Enfatizando os determinantes sociais de intensidades diferentes ao reconhecer as diferentes estruturas organizacionais dos cursos assim como a influência da iniciativa privada como produtor do aumento salarial dessa categoria. A influência da privatização nesse momento demonstra rebatimentos que se fundamentam na

desresponsabilização do Estado para com os serviços públicos educacionais transferindo ao privado àquilo que deveria ser ofertado pelo governo de forma contínua e eficaz.

### **CAPÍTULO III – ESTUDO COMPARATIVO DAS DETERMINAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE DOS CURSOS DE ENGENHARIA DE MINAS E SERVIÇO SOCIAL.**

Este capítulo visa demonstrar como a Engenharia de Minas e o Serviço Social da UFOP são construídos dentro da Universidade a partir da expansão do ensino superior e a reestruturação produtiva. Será feita análise da estrutura dos institutos departamentos DEMIN (Departamento da Engenharia de Minas) e DECSO (Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social), as dificuldades estruturantes encontradas em cada local, os limites e possibilidades de construção da carreira acadêmica dentro desses espaços. Essa construção foi realizada a partir de dados públicos disponibilizados pela própria instituição em sua página eletrônica. No segundo momento será desenvolvida a análise dos questionários aplicados aos docentes dos cursos onde a pesquisa se fundamenta, problematizando os determinantes sociais da organização do trabalho como condicionante ao exercício da docência superior tendo como produto o adoecimento docente.

A escolha desses dois cursos para o desenvolvimento da pesquisa se deu pelo fato de serem de diferentes áreas assim como a forma e momento de criação dos mesmos na Instituição. O Serviço Social sendo um dos cursos mais novos e vindo da expansão do REUNI e a Engenharia de Minas o segundo curso mais antigo da Universidade Federal de Ouro Preto.

#### **3.1 Caracterização dos cursos de Engenharia de Minas e Serviço Social da UFOP**

Inicialmente será feita apresentação da infra-estrutura do curso de Serviço Social e Engenharia de Minas visando compreender a organização de cada curso tanto no que tange à infraestrutura física quanto as condições de desenvolvimento da docência superior nos cursos aqui referendados.

##### **3.1.1 Serviço Social:**

O curso de Serviço de Social da UFOP está alocado no ICISA- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas na cidade de Mariana-MG e constitui um dos cinco cursos criados a partir da adesão ao REUNI.

Criado em 19 de agosto de 2008 a partir da adesão ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Instituto

de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) abriga quatro cursos de graduação no campus Mariana. O Instituto destaca-se por sua flexibilidade curricular e por aliar as novas tecnologias à reflexão acerca das relações sociais. Desde sua criação, o ICSA tem como objetivo principal possibilitar uma ampla e adequada formação aos profissionais de Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social. (<http://www.icsa.ufop.br/> disponível em 27/07/16 às 16:25)

O Serviço Social na UFOP é um curso relativamente novo, completando sete anos no ano de 2016, Está inserido na proposta de expansão do REUNI e tem como objetivo a formação de profissionais críticos que possam compreender as múltiplas expressões da questão social e dessa forma enfrentar as demandas impostas a essa profissão.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) teve início em março de 2009 e objetiva formar assistentes sociais críticos, compromissados com a democracia, com a justiça social e com a cidadania. Os acadêmicos são qualificados na perspectiva das Diretrizes Curriculares vigentes que buscam munir os discentes de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos (para que possam decifrar as múltiplas expressões da questão social, presentes na sociedade brasileira e na realidade mineira) e também maneiras de enfrentar as demandas impostas à profissão. O curso viabiliza a formação intelectual e cultural generalista, capacitando os alunos para os processos de investigação científica e intervenção profissional, de forma criativa e propositiva dentro do conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Essa proficiência se dá por meio de atividades pedagógicas com aproximações sucessivas à realidade social, seminários temáticos, atividades de pesquisa, estágio supervisionado, extensão e laboratórios/oficinas. Compete ao profissional formular, implementar, executar e avaliar propostas de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social, com políticas e programas sociais públicos e privados, além de atuar nas organizações da sociedade civil, fundações e movimentos sociais. (<http://www.icsa.ufop.br/> disponível em 27/07/16 às 16:25)

Em estudos através dos dados disponibilizados no site do ICSA foi possível perceber que existe relativo número de professores assistentes, ou seja com titulação em nível de mestrado e dentre estes, 7 já em processo de doutoramento. Cabe refletir que esse dado é importante para nossa análise inicial das condições de trabalho já que compromete e intensifica ainda mais a exaustão do docente em seu ambiente de trabalho, Tendo em vista que as recentes alterações na legislação da carreira docente permitem a capacitação ainda durante o estágio probatório porém não asseguram a contratação de professores equivalentes para a garantia da licença capacitação dos mesmos.

O acesso a centros que possuem programas de doutorado em serviço social estão localizados distantes do Instituto. As Universidades que oferecem pós graduação em

Serviço Social mais próximas à Mariana estão em Vitória ES( distância de (435,5 km) via BR-262 ) e Rio de Janeiro RJ (414,0 km via BR-040). O acesso à essas instituições é demasiadamente difícil e associada a inexistência de licença capacitação, torna a rotina do docente ainda mais exaustiva. Esses fatores devem ser levados em conta para analisar a dificuldade do acesso aos programas de pós graduação assim como a oferta de estabilidade física e rotineira no trabalho para que tais tarefas sejam desenvolvidas.

O curso de Serviço Social tem duração de 4 anos, com turmas vespertinas e noturnas com modalidade de graduação ,o bacharelado. A matriz curricular foi estruturada a partir das diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em serviço Social e exige como componentes mínimos para obtenção de título de bacharel em serviço social 2640 horas em disciplinas obrigatórias e 240 horas em disciplinas eletivas.

O Serviço Social não possui programa de pós graduação lato senso nem strito senso e também não possui revista de publicação e isso expressa grande perda tanto para os docentes quanto para os alunos externarem àquilo que é produzido na academia. A estrutura física conta com salas de aulas , laboratórios que são utilizado de forma esporádica pelos professores e alunos quando existem demandas relacionadas aos trabalhos eletrônicos, ou até mesmo para realização de outros tipos de aula. Em 2009, ano em que o curso de Serviço Social foi instituído na UFOP, foi elaborado o plano pedagógico do curso onde estavam previstas as seguintes estruturas institucionais.

Além de um conjunto de salas de aulas com as condições básicas que possam comportar os 08 (oito) períodos do Curso de Serviço Social, com 50 alunos cada, é necessário também um outro grupo de salas para atender as seguintes necessidades básicas: 1. Núcleos de Supervisão de Estágio: Os Núcleos acontecem a partir do 5º período do curso, como desdobramentos das Oficinas de Estágio Supervisionado, até o 8º período. Estão previstos 12 Núcleos de Supervisão. Serão necessários 05 (cinco) salas, com capacidade de 15 a 20 pessoas. 2. Coordenação de Estágio: É obrigatório a figura do Coordenador de Estágio no Curso de Serviço Social. É necessário (uma) 01 sala com mobiliário completo (computador, internet, telefone, mesas, armários, cadeiras, etc.) e uma secretária para assessorar as atividades de Coordenação da Política de Estágio. 3. Núcleos de Pesquisa: Estão previstos (dois) 02 Núcleos de Pesquisa: Fundamentos da Vida Social e Fundamentos do Trabalho Profissional, como desdobramento das disciplinas de Pesquisa I e II e TCC I e II. São necessárias (duas) 02 salas com mobiliário completo (computador, internet, telefone, mesas, armários, cadeiras, etc.) com capacidade para receber de 20 a 30 pessoas. 4. Laboratório de Trabalho Social: Espaço com multimídia completa e capacidade para 25 pessoas. 5. Laboratório de Projetos Sociais: Espaço dividido em 05 (cinco) salas, com

capacidade de 15 a 20 pessoas cada, para os Projetos de Extensão.( Plano pedagógico do Serviço Social,2009 )

O fomento a pesquisa no curso é de grande relevância, dessa forma a grade curricular dispõe de disciplinas que contemplam o exercício científico assim como a busca pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa que permitam o desenvolvimento de estudos críticos para que o desenvolvimento de processos investigativos contribuam com a formação do discente.

Visando desenvolver a perspectiva crítico investigativa no aluno, a Matriz Curricular do Curso de Serviço Social da UFOP, conta com as disciplinas de Pesquisa e Serviço Social I II; Trabalho de Conclusão de Curso I e II (TCC); e dois (02) Núcleos de Pesquisa: Fundamentos da Vida Social e Fundamentos do Trabalho Profissional. A perspectiva teórico metodológica que entendemos que deve orientar o trabalho de pesquisa do assistente social distancia-se daquelas concepções que consideram o labor da investigação como uma tecnologia neutra, isenta, a ser dominada e aplicada indistintamente e independente dos pressupostos teóricos que a sustentam. Para o profissional de Serviço Social o conhecimento de seu objeto de trabalho - a questão social - refere-se a uma realidade complexa e contraditória, a ordem do capital. Sendo assim, entende-se a abordagem metodológica que tem a "totalidade" como categoria autêntica da realidade e o método do materialismo histórico/ dialético como aquele capaz de sustentar a compreensão do movimento do real - do capital e responder às demandas e necessidades do Assistente Social. (Plano pedagógico do Serviço Social, 2009:41 )

O processo de formação do aluno, possui como protagonizante o incentivo a pesquisa, as condições para que o docente ofereça ao discente a oportunidade de desenvolvimento dessa atividade é um aspecto que precisa ser levado em consideração tendo em vista que a formação acadêmica e a trajetória docente podem ser comprometidas sem esse fomento.

De acordo com as Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e homologadas pelo Ministério da Educação e Desporto - MEC a formação do profissional de Serviço Social deve viabilizar uma capacitação teórico metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnicooperativas. A pesquisa ocupa então, um papel fundamental no processo de formação profissional do assistente social, atividade privilegiada para a solidificação dos laços entre o ensino universitário e a realidade social Sendo assim, compreende-se, a investigação como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a produção do conhecimento sobre os processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional. As disciplinas de Pesquisa e Serviço Social servirão de Iniciação Científica ao aluno, dando-lhe um suporte rigoroso para a elaboração, execução e divulgação de uma investigação científica. ( Plano pedagógico do Serviço Social,2009: 42)

É necessário realizarmos uma reflexão sobre os impactos que a contrarreforma da educação já tem produzido em relação à pesquisa tendo em vista que a área das ciências humanas e sociais tem sido uma das mais impactadas com cortes de investimentos. Retomaremos essa reflexão mais a frente buscando inclusive problematizar o incentivo institucional à pesquisa.

O fomento à extensão Universitária tem grande destaque, o plano pedagógico (2009), visa que a extensão cumpra seu papel social e seja uma porta de entrada para que os alunos construam espaços para além da sala de aula.

A visão de extensão, para além de sua compreensão tradicional, de disseminação de conhecimento, prestações de serviços e realização de eventos, traz uma relação contínua e perene com a sociedade, relação esta que possibilita uma oxigenação a vida acadêmica. Nessa perspectiva, a produção do conhecimento via extensão se faz na troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, que, por sua vez, possibilita a democratização do conhecimento com a participação da comunidade. Por este motivo, é recorrente dizer que a extensão é uma via de mão dupla, em que a comunidade acadêmica elabora na práxis um saber e, no retorno, a universidade, submetida à reflexão teórica, será acrescida do conhecimento acadêmico. Esta dinâmica de troca de saberes acadêmico e popular tem como consequência a produção de conhecimento científico, tecnológico, artístico e filosófico, emanada com a realidade brasileira e regional, portanto, contextualizada.(Plano pedagógico do Serviço Social UFOP; 2009:43)

O espaço acadêmico deve ser um ambiente em que a interação entre o professor , o aluno e demais profissionais aconteça de forma gradual e contínua, dessa forma, a extensão surge como uma grande forma de caracterizar a interdisciplinaridade das produções acadêmicas e intervir na integração entre a prática e o conhecimento.

A extensão é um dos espaços que melhor pode propiciar a realização de atividades acadêmicas de caráter multi, inter e transdisciplinar, manifestas na interação e inter-relação entre instituições, profissionais, estudantes e professores. A intervenção de ambos não se separa em áreas de conhecimento, ela é complexa e multifacetada, exigindo ação de integração de áreas distintas do conhecimento.(Projeto pedagógico do curso de Serviço Social UFOP, 2009:44)

A extensão universitária, assim como a pesquisa científica, são espaços importantes para que sejam construídas produções acadêmicas e uma formação que faça da universidade um espaço com possibilidades para criação de atividades que interajam com a sociedade e a produção do conhecimento ultrapasse os muros da Universidade e Institutos.

A extensão universitária permite à universidade ver-se não como instituição proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas como parte desta e, portanto, sensível as seus problemas, suas prioridades e demandas, tornando-se uma universidade cidadã. Sabe-se que para formação de um profissional cidadão é imprescindível a sua interação na e com a comunidade. Na interação ele se identifica culturalmente, se sensibiliza com os problemas reais e pode referenciar sua formação técnica e acadêmica pela realidade concreta. Reconhece-se, então, que a extensão universitária se coloca, além de uma atividade acadêmica, uma concepção de universidade cidadã. A indissociabilidade é um princípio fundamental e que caracteriza a autêntica extensão universitária. O fazer acadêmico intitula-se como tal quando vê o ensino, a pesquisa e a extensão como atividades que no interior da universidade são capazes de interagir e se complementar. Pesquisa e extensão se relacionam quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade; ensino e extensão, quando compreende-se que o aprendizado se constrói na experiência, tendo discentes como sujeitos do ato de aprender; e a extensão, enquanto tal, propõe-se a interagir com a sociedade, sendo elemento essencial para operacionalizar a relação teoria e prática. (Plano pedagógico do Serviço Social UFOP, 2009:43-44)

Apresentada essas reflexões a cerca da extensão no Serviço Social, o próximo subitem fará um resgate sobre o incentivo a capacitação e as condições estruturantes de desenvolvimento da Engenharia de Minas.

### **3.1.2 Engenharia de Minas**

O curso de Engenharia de Minas é o segundo mais antigo da UFOP tendo seu início no dia 12 de Outubro do ano de 1876, totalizando portanto, 140 anos de existência. Situado na cidade de Ouro Preto-MG, o curso disponibiliza 36 vagas por semestre, tem modalidade de formação no Bacharelado, 5 anos de duração e turno integral.

Aos 12 de outubro de 1876, tendo seu primeiro regulamento aprovado pelo Decreto nº 6.026, de 6 de novembro de 1875, Escola de Minas foi solenemente instalada em Ouro Preto, então capital da Província de Minas Gerais, na casa da Rua das Mercês, hoje Padre Rolim, 167, onde atualmente funciona o Educandário Santo Antônio. Em 1987 a sede da Escola foi transferida para o palácio dos governadores, então vago com a mudança da capital do Estado para Belo Horizonte.

O curso de Engenharia de Minas da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto foi criado pelo Decreto nº 6.026, de 06/11/1875, publicado no Diário engenharia do país com disciplinas específicas. (<http://www.demin.ufop.br/demin.html>/disponível em 27/07/2016 às 08:00)

A fomentação as atividades para além da sala de aula na engenharia, giram em torno da pesquisa e desenvolvimento de projetos que é um elemento básico para produção de trabalhos que abarquem as proposições do curso.

Além de conferir habilidades de comunicação oral e escrita ao futuro engenheiro de minas, deve-se também ter em vista a importância da Metodologia da Pesquisa. A inclusão desta disciplina é importante em qualquer curso de graduação, uma vez que seu conteúdo geral possibilita que o aluno desenvolva habilidades necessárias para a pesquisa científica. O conteúdo programático desta disciplina propõe reflexões e metodologias acerca de toda a estruturação do trabalho acadêmico como problemas a serem especulados, hipóteses, construção de resenhas, resumos, revisão bibliográfica, etc. A metodologia científica confere 8 bases às atividades que o engenheiro de minas tem de desenvolver ao longo de seu trabalho, estas expostas na seção IV da Lei 5.194 de 24 de Dezembro de 1966: - planejamento ou projeto, em geral, de minas considerando as propriedades territoriais ambientais e econômicas; - estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica. Estas diretrizes nos permitem pensar a importância de bases metodológicas na formação do engenheiro de minas, pois este último desenvolverá projetos, não só ao longo de sua formação, mas também e principalmente, ao desempenhar sua função no mercado de trabalho. ( Plano pedagógico da Engenharia de Minas,2013: )

O corpo docente é formado por 17 professores, sendo todos doutores e 1 que não identifica sua titulação no site da UFOP. A maioria dos docentes são homens com apenas 3 mulheres compondo o quadro.

A fomentação as atividades para além da sala de aula na engenharia, giram em torno da pesquisa e desenvolvimento de projetos que é um elemento básico para produção de trabalhos que abarquem as proposições do curso.

Além de conferir habilidades de comunicação oral e escrita ao futuro engenheiro de minas, deve-se também ter em vista a importância da Metodologia da Pesquisa. A inclusão desta disciplina é importante em qualquer curso de graduação, uma vez que seu conteúdo geral possibilita que o aluno desenvolva habilidades necessárias para a pesquisa científica. O conteúdo programático desta disciplina propõe reflexões e metodologias acerca de toda a estruturação do trabalho acadêmico como problemas a serem especulados, hipóteses, construção de resenhas, resumos, revisão bibliográfica, etc. A metodologia científica confere 8 bases às atividades que o engenheiro de minas tem de desenvolver ao longo de seu trabalho, estas expostas na seção IV da Lei 5.194 de 24 de Dezembro de 1966: - planejamento ou projeto, em geral, de minas considerando as propriedades territoriais ambientais e econômicas; - estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica. Estas diretrizes nos permitem pensar a importância de bases metodológicas na formação do engenheiro de minas, pois este último desenvolverá projetos, não só ao longo de sua formação, mas também e principalmente, ao desempenhar sua função no mercado de trabalho. ( Projeto pedagógico da Engenharia de Minas,2013:)

A Engenharia de Minas na UFOP possui 7 laboratórios, e a pesquisa se divide em 6 áreas: Geomecânica, pesquisa mineral, geomatemática e simulação,

processamento mineral, lavra de minas e economia mineral. A grade curricular do curso, possui matérias ofertadas por outros departamentos, não se contendo somente às disciplinas específicas do DEMIN e está disponível do site da UFOP para acesso de todos.

A Pós graduação é ofertada através do programa de mestrado e se releva como importante conquista para o curso, estabelecendo oportunidades de contínuo desenvolvimento acadêmico

O PPGEM - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mineral tem por objetivo a formação acadêmica em nível de mestrado, qualificando os egressos nos fundamentos e aplicações da Engenharia Mineral, preparando-os para o exercício de atividades tanto em instituições de ensino e/ou pesquisa quanto diretamente junto ao sistema produtivo. O curso de Mestrado em Engenharia Mineral, credenciado pela CAPES, iniciou suas atividades em março de 1998 e forma mestres em duas áreas de concentração sendo elas Lavra de minas e Tratamento de mineiro. O profissional formado por este programa deverá possuir uma visão crítica em relação ao desenvolvimento sustentável e suas aplicações. Os trabalhos de pesquisa que vêm sendo desenvolvidos têm um forte apoio de empresas, da região e fora dela, devido à sua aplicação imediata na resolução de problemas da Engenharia de Minas. ([http://www.demin.ufop.br/pos\\_graduacao.html](http://www.demin.ufop.br/pos_graduacao.html) disponível em 27/07/16 às 10:00)

Uma das principais fontes de financiamento para a realização de trabalhos acadêmicos científicos vem da fundação Gorceix. O nome Gorceix provém do sobrenome do fundador da escola de Minas que no ano de 1960 é homenageado com a criação de uma das maiores fundações de suporte universitário do Brasil.

“É sagrado e intocável o que existe em Ouro Preto de recordação do seu passado glorioso de metrópole dos mineradores, dos tempos de Gorceix e seus primeiros sucessores, sem que isso signifique que a cidade, reservado o monumento nacional, não possa crescer e abrigar, condignamente, os mestres e estudantes de minas. O que venho sugerir, porém, é de outro estilo. É como se fora uma fração de cidade universitária, criada e mantida por uma fundação – a Fundação Gorceix”. (<http://gorceixonline.com.br/historico/> disponível em 27/07/16 às 9:00)

A Fundação Gorceix foi fundada pelo ex aluno Amaro Lanari, e tem como objetivo criar subsídios para que sua empresa desse suporte financeiro a fundação e ela se torna-se pessoa jurídica.

Assim, Amaro Lanari, ex-aluno da Escola de Minas e um dos mais importantes nomes da indústria metalúrgica do país, plantou a idéia de criar a Fundação Gorceix, em seu discurso pela Associação dos Antigos Alunos nas solenidades comemorativas do 83º aniversário da Escola em 12 de outubro de 1959. A idéia começou a se concretizar

com o compromisso de que sua empresa, Lanari S.A. Indústria e Comércio, daria uma contribuição financeira anual à Fundação Gorceix, tão logo se tornasse pessoa jurídica.

Em 5 de fevereiro de 1960, a Assembléia Geral de Constituição, reunida na sede do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, aprovou o estatuto da Fundação Gorceix e elegeu seu primeiro Conselho Diretor e Conselho Curador. (<http://gorceixonline.com.br/historico/> disponível em 27/07/16 às 9:00)

De forma contínua e gradual a fundação Gorceix contempla várias ações que fomentam o incentivo a pesquisa, extensão, cursos profissionalizantes, estágios, intercâmbios, bolsa de mérito acadêmico, auxílio médico dentre outros benefícios aos alunos das engenharias.

Um das atividades realizadas pela fundação, se destaca a que se refere ao programa de atendimento aos alunos “carentes” da EM/UFOP<sup>14</sup>. O quadro a seguir demonstra os benefícios ofertados de acordo com a última prestação de contas da fundação, em 2014.

#### 5. PROGRAMA DE ATENDIMENTO AOS ALUNOS CARENTES DA EM/UFOP:

O programa de atendimento aos alunos carentes da Escola de Minas consta dos tópicos abaixo discriminados, e atingiram o total de 23.971 benefícios conforme o quadro a seguir:

BENEFÍCIO	Nº de auxílios
Auxílio Alimentação	2.865
Auxílio Saúde - Médico	472
Auxílio Saúde - Odontologia	179
Bolsa Estágio	383
Bolsa de Estudo	1.142
Bolsa de Pesquisa	50
Bolsa de Iniciação Científica	4.005
Bolsa de Suplementação Educacional	5.731
Bolsas Especiais	843
Bolsa de Mérito Acadêmico	563
Outros Gastos c/ Atividade Assistencial	1.011
Complemento da Formação Educacional	3.258
Complementação Profissional Curso de Inglês	3.439
Apoio ao Desenvolvimento Institucional	30
<b>Total no período</b>	<b>23.971</b>

<sup>14</sup> Cabe destacar que os benefícios ofertados pela fundação são usufruídos por alunos de todos os cursos de engenharia da UFOP e não somente da engenharia de Minas.

FONTE: <http://gorceixonline.com.br/arquivos-categoria/6/relatorios-de-atividades-demonstrativo-2014/> disponível em 27/07/16 às 09:30.

A tabela acima demonstra em número a quantidade de benefícios ofertados pela fundação Gorceix aos cursos da Engenharia. Os dados nos permitem comprovar um das principais diferenças entre os cursos de Serviço Social e Engenharia de Minas tendo em vista os subsídios ofertados em auxílios e quais são as implicações da forte presença da iniciativa privada.

A precarização do trabalho, esplanada ao longo desse estudo evidencia a probabilidade dos trabalhadores docentes adoecerem ao longo da trajetória acadêmica. Isso pode acontecer em decorrência da pressão exercida em produzir quantitativamente ao longo dos anos como produto a reconhecimento na academia.

O trabalho docente é permeado por críticas e cobranças que rotineiramente fazem parte da vida dos professores podendo acarretar que esses adoçam e não consigam realizar seu trabalho.

É importante destacar, que em caso de adoecimento, o professor perde benefícios que fazem com que mesmo doentes, eles não se sintam seguros para se afastar.

O acesso a centros de saúde que estabeleçam condições de tratamento para além da lógica curativista é um grande entrave tendo em vista a privatização dos planos de saúde e não oferta de prevenção a saúde dos trabalhadores.

O próximo item irá exemplificar em números, os resultados obtidos na presente pesquisa afim de evidenciar as determinações sociais na saúde do docente.

### **3.2 Estudo comparativo dos cursos Engenharia de Minas e Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto.**

Este subitem corresponde ao resultado da pesquisa aplicada referente ao estudo referido na construção desse trabalho. O processo de aplicação da pesquisa, se deu nos meses de junho e julho de 2016 através do envio de questionário (em anexo I) construído na pretensão de evidenciar os determinantes sociais que podem influenciar na ocorrência de adoecimento do docente.

O questionário foi embasado em perguntas que possam identificar o perfil dos docentes dos cursos de Engenharia de Minas e Serviço Social, incentivo as capacitações (mestrado, doutorado, cursos e as condições de viabilização do tripé, ensino, pesquisa e extensão), sobrecarga de trabalho, condições da instituição de ensino e por fim a proteção ao trabalhador tendo em vista a expansão do ensino superior. Foram enviados questionários aos 14 professores efetivos do Serviço Social e 17 efetivos da Engenharia de Minas, o número de respondentes se refere a 8 docentes do Serviço Social e 4 da Engenharia aqui referida. Os questionários foram enumerados da seguinte forma: 1 a 8 respondentes do Serviço Social e 9 a 12 respondentes da Engenharia de Minas.

Em relação ao perfil dos docentes a pesquisa indicou que o corpo docente da Engenharia de Minas é composto predominantemente por homens com idades que prevalecem entre 31 a 50 anos. A maior parte doutores, e com média de 4 a 29 anos em trabalho docente. O corpo docente do Serviço Social é composto predominantemente por mulheres com idades que prevalecem entre 31 a 40 anos. A maior parte mestres e com média de trabalho docente efetivo na instituição diversificada variando entre 2 a 7 anos de carreira. Esses dados nos permitem visualizar as diferenças relacionadas ao gênero, tempo de inserção na instituição e faixa etária.

Em relação ao incentivo da UFOP à participação em congressos e cursos a 50% dos respondentes afirmam que recebem incentivo. Entretanto, um professor afirma que há mais exigência do que incentivo e cita como exemplo o Encontro de Saberes da UFOP além de destacar a dificuldade de acesso.

“ Sim, Contudo, insuficiente, sempre difícil o acesso “ [...]“Há mais exigência do que incentivo, por exemplo, de participação no “Encontro de Saberes” da UFOP”.( entrevistado nº7)

No que tange à análise por parte dos docentes sobre seu local de trabalho, incentivo a capacitação, condições de trabalho acesso a saúde e a contribuição da expansão do ensino superior para a carreira apresentaremos a seguir.

À partir do quadro abaixo é possível perceber que 25% dos professores respondentes à pesquisa do Serviço Social tiveram licença integral com tempo menor que a capacitação e outros 25% licença parcial. O que se destaca nesses dados é o fato de no Serviço Social nenhum professor ter tido licença integral por todo tempo de capacitação ao contrário da Engenharia de Minas, e a licença mesmo que integral por menor tempo de capacitação ainda ser um entrave tendo em vista os limites que tal atividade pode acarretar. Cabe ressaltar que a licença parcial significa que o docente

continua desenvolvendo suas funções acadêmicas. Conforme afirmamos anteriormente as reformas mais recentes da educação federal possibilitam que o professor, mesmo em estágio probatório possa se inserir em capacitação dessa forma, não lhe é garantido o afastamento de suas atividades em sala de aula e a exaustão torna-se realidade efetiva ao cotidiano docente

“OBS: Comecei o doutorado sem licença. Apesar da minha licença estar prevista e aprovada para o próximo período, na UFOP a gente sempre fica com receio de perder o direito, de surgir uma alteração na regulação que limite o acesso etc.”(Respondente nº1)

A fala do participante da pesquisa reforça o quanto as reformas no âmbito da educação publica tem gerado um ambiente de instabilidade para seus trabalhadores que sequer podem contar com a licença para sua qualificação.

<b>INCENTIVO A CAPACITAÇÃO</b>		
	<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>ENGENHARIA DE MINAS</b>
<b>Licença integral por todo tempo de capacitação</b>	0%	25%
<b>Licença integral por menor tempo de capacitação</b>	25%	0%
<b>Licença parcial</b>	25%	25%
<b>Não responderam</b>	50%	50%

No que se refere ao financiamento à pesquisa, 75% dos respondentes dos docentes da Engenharia e do Serviço Social afirmam que possuem, o que vale a pena destacar são os diferentes tipos de financiamento tendo em vista a presença da fundação Gorceix . Um dos docentes do Serviço Social está em licença integral por menor tempo de capacitação e a pergunta referida não se aplica .

No último edital para subsunção de trabalhos à iniciação científica tivemos 6 pesquisas aprovadas para o DEMIN e em contrapartida nenhuma para o Serviço Social. No ano de 2014, como referido nos estudos acima, foram disponibilizadas 50 bolsas para pesquisa através da fundação Gorceix. E ainda é importante destacar o fato de existirem editais direcionados exclusivamente as engenharias. Em relação a Engenharia de Minas pode se destacado o PROMIN.

O PROMIN é um programa administrado pela UFOP e financiado pela Fundação Gorceix(FG). Este Programa visa introduzir alunos de graduação

em Engenharia de Minas potencialmente mais promissores no ambiente de pesquisa e produção científica, despertando vocações e incentivando os que se destacam em seu desempenho acadêmico, contribuindo de forma decisiva para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos de pós graduação. Atualmente são ofertadas cinco(5) bolsas.(<http://propp.ufop.br/pesquisa/iniciacao-cientifica/>disponível em 27/0916 às 12:33)

Alguns respondentes destacaram o fato das bolsas de pesquisa estarem direcionadas aos alunos ou cursos de capacitação aos quais o docente está inserido.

1 bolsa para estudante ( respondente nº 7)

Obs. O projeto ao qual me vinculo no doutorado. (respondente nº 4)

A relação apresentada acerca do financiamento das pesquisas evidencia a discussão que realizamos no item 2.1 que indica a direção política para a realização de pesquisas na educação superior que cada vez mais possibilita a chamada parceria publico privada. Este estudo não tem por objetivo aprofundar esse aspecto mas cabe indagarmos ate que ponto essa direção imposta no âmbito do financiamento pode estar comprometendo a autonomia universitária ao permitir que o setor privado possa direcionar as pesquisas a serem realizadas. Outro aspecto diz respeito ao incentivo aos docentes para realização de pesquisas.

O processo de orientação de discentes e o preparo para que os mesmos realizem pesquisas científicas é fundamental para a qualidade da formação porém, em um contexto em que o produtivismo da a direção das ações da universidade, essas atividades ficam sob ameaça. Essa afirmação se assenta em nossa análise acerca da planilha de produtividade em anexo II (Tabela de produtividade das Ciências Sociais Aplicadas) e III ( Tabela de produtividade das Ciências Exatas) que expressam a lógica produtivista de produções acadêmicas desenfreadas e com reconhecimento reduzido.

No financiamento para extensão um dado importante que foi revelado é que 37,5% dos respondentes do curso de serviço social não possuem projetos de extensão enquanto no curso de Engenharia de Minas 75% responderam que realizam esses projetos . Em relação ao financiamento ofertado pela UFOP o mesmo tem sido viabilizado através de bolsas e outra fonte de financiamento citada foi o Ministério da cultura. As respostas abaixo indicam

“Tenho recursos da fundação Gorceix e UFOP”( Professor Engenharia de Minas( Respondente nº 12)

4 bolsas PROEX, 2 Bolsas Ministério da Cultura, para os estudantes( Respondente nº 7

<b>FINANCIAMENTO PARA EXTENSÃO</b>		
	<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>ENGENHARIA DE MINAS</b>
<b>Sim</b>	<b>75%</b>	<b>75%</b>
<b>Não</b>	<b>25%</b>	<b>25%</b>
<b>Não responderam</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>
<b>Não se aplica</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

Em relação aos cargos administrativos cabe destacar que uma das estratégias do REUNI para a expansão universitária diz respeito ao enxugamento do quadro de trabalhadores e de funções gratificadas. Atualmente o Serviço Social compõe um único departamento com o curso de jornalismo e o único cargo administrativo reconhecido em sua estrutura diz respeito à coordenação de curso não considerando portanto, a coordenação de estágio, a de trabalhos de conclusão de curso e ainda um departamento próprio. A não existência da estrutura administrativa é um aspecto importante a ser ressaltado já que ele implica em acúmulo de funções por parte do corpo docente. Esse quadro não é diferente no curso de engenharia de Minas na medida em que apesar da existência de estrutura administrativa do curso ser mais consolidada 100% dos docentes que responderam afirmativamente também informaram ministrar disciplinas.

<b>EXERCE CARGO ADMINISTRATIVO NA UFOP</b>		
	<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>ENGENHARIA DE MINAS</b>
<b>Sim</b>	<b>27,50%</b>	<b>75%</b>
<b>Não</b>	<b>72,50%</b>	<b>25%</b>

Grande número dos professores da Engenharia assim como os do Serviço Social lecionam até duas disciplinas. É importante destacar que o trabalho docente não se limita somente á sala de aula, dessa forma quanto maior o numero de disciplinas lecionadas menores são as possibilidades de viabilização do tripé ensino, pesquisa e extensão tendo em vista o tempo hábil para que tais atividades sejam realizadas. Apenas um professor leciona mais que quatro com a seguinte justificativa:

“ Tenho duas disciplinas, porém uma delas ministro para quatro turmas diferentes.”( Respondente nº 9)

A maior parte dos docentes da Engenharia não produziram nenhum artigo no último ano em contrapartido no Serviço Social a produção teve uma média de até 2 artigos anuais.

<b>PRODUÇÃO DE ARTIGOS POR ANO NA UFOP</b>		
	<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>ENGENHARIA DE MINAS</b>
<b>Nenhum</b>	0%	50%
<b>Até dois</b>	75%	25%
<b>Até cinco</b>	13%	0%
<b>Mais de cinco</b>	0%	25%
<b>Não respondeu</b>	13%	25%

A maior parte dos docentes da Engenharia consideram a infraestrutura do Instituto no qual lecionam muito boa e em contrapartida o Serviço Social se divide entre boa e ruim. Nesse aspecto é importante destacar e entender as condições de estrutura das instituições que são produtos da expansão do REUNI como apontado nos estudos do item 2.1. A expansão do REUNI tem como lógica de fundamentação expansão em larga escala e investimentos em pequenas quantidade isso se materializa na resposta dos docentes correspondes ao Serviço Social.

<b>AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL</b>		
	<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>ENGENHARIA DE MINAS</b>
<b>Boa</b>	50%	0%
<b>Muito Boa</b>	0%	75%
<b>Ruim</b>	50%	0%
<b>Não responderam</b>	0%	25%

Em relação à carga horária a respostas indicaram que grande parte excede a carga horária de 40 horas (todos os participantes são contratados no regime de 40 horas com dedicação exclusiva) Esse dado corrobora com as análises desenvolvidas por LIMA(2016) e PINTO (2016) que indicam a desenfreada lógica produtivista assumida a partir da expansão do ensino superior penetrando a categoria docente e suas atividades

academicistas. A resposta obtida materializa a sobrecarga de trabalho que assola a rotina do docente.

<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL</b>		
	<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>ENGENHARIA DE MINAS</b>
<b>20 horas</b>	0	0%
<b>30 horas</b>	0	0%
<b>40 horas</b>	25%	50%
<b>Mais que 40 horas</b>	60	50%
<b>Não respondeu</b>	15%	0%

Um dos respondentes exemplifica o debate que realizamos sobre as condições de formação dos docentes. Se por um lado há uma exigência cada vez maior de capacitação e reprodução em contrapartida a extenuante carga horária pode ser um dificultador para a realização das atividades docentes comprometendo o tripé ensino, pesquisa e extensão sob o qual a universidade deveria se assentar.

“Mais que 40 hrs OBS. Levo aqui em consideração as atividades do doutorado, que faz parte do meu processo de trabalho.”( Respondente nº 3)

Em estudos realizados através da investigação no site do Portal Transparência foi verificado que a média salarial entre os professores não é muito diferente, dessa forma pode-se concluir que o desmonte dos direitos trabalhistas afetam diretamente os dois cursos.

Em contrapartida a lógica do produtivismo acadêmico permanece a mesma, ou seja, o docente produz cada vez mais desenfreadamente e seu salário na mesma medida é diminuído através de leis e decretos que representam o retrocesso dos direitos trabalhistas.

Alguns dados são importantes para compreender esse fator, os docentes doutores da engenharia de minas que efetivaram em portarias anteriores ao ano de 2008, possuem média salarial entre 18,18 salários mínimos brutos. Àqueles que pertencem a portaria posterior a 2008 e são doutores média salarial entre 11,36 salários mínimos brutos.

Os docentes do Serviço Social, efetivados até o ano de 2013 doutores, possuem média salarial entre 11,36 salários mínimos brutos. Os mestres de 5,68 salários mínimos bruto. Àqueles que se efetivam em anos posteriores a esses e são mestres possuem

média salarial de 5,68 salários mínimos brutos ( salário mínimo referente ao ano de 2016 correspondente a R\$880,00).

Os dados acima nos relevam que à medida dos anos o salário diminui e os descontos aumentam. Alguns docentes chegam a ter descontado quase 4.000 mil reais referente à impostos e a previdência apontando a necessidade de estudos posteriores em relação à reforma previdenciária e quais os rebatimentos na categoria docente. Através do questionário foi comprovado que 50 % dos respondentes possuem previdência privada.

Conforme afirmamos no capítulo 2.2 a categoria docente tem sido uma das que mais adoecem tendo em vista o processo de trabalho ao qual tem sido submetido. As respostas analisadas até aqui já nos permitem corroborar com os estudos analisados. Um dos aspectos que buscamos evidenciar com a pesquisa se refere a relação entre o produtivismo ao qual esses trabalhadores tem sido submetidos e sua condição de saúde/adoecimento. Nesse sentido o quadro abaixo que retrata as respostas dos participantes sobre a relação que os mesmos fazem com episódios de adoecimento com o trabalho:

<b>EPISÓDIO DE ADOECIMENTO RELACIONADO AO TRABALHO</b>		
	<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>ENGENHARIA DE MINAS</b>
<b>Sim</b>	40%	50%
<b>Não</b>	60%	50%

Metade dos docentes respondentes (50%) da Engenharia relacionam episódios de adoecimento com o trabalho exercido e do Serviço Social 40% fazem a mesma relação. Conforme afirmamos anteriormente no item 2.2 as principais causas de adoecimento dos docentes tem se dado pela exaustão e cobrança a produção de atividades que ultrapassam os limites sobre humanos do trabalhador na docência, esses fatores fazem com doenças psicossomáticas , psicopatológicas entre outras apareçam como resposta a negativa a aceitação da forma de trabalho cotidianamente vivido.Essa realidade se torna ainda mais complexa quando relacionada ao sistema de proteção à saúde dos docentes. De acordo com os mesmos as ações em saúde as quais tem acesso estão assim distribuídas:

<b>AÇÕES DE SAÚDE AOS QUAIS TEM ACESSO</b>		
	<b>SERVIÇO SOCIAL</b>	<b>ENGENHARIA DE MINAS</b>
<b>Consultas</b>	100%	100%
<b>Distribuição de medicamentos</b>	0%	50%
<b>Educação em saúde</b>	0%	25%
<b>Atividades de prática laboral</b>	0%	0%
<b>Prevenção ao adoecimento</b>	0%	25%
<b>Atendimento psicológico</b>	25%	0%

100% dos respondentes dos dois cursos afirmam ter acesso a consultas. No Serviço Social um professor destaca o atendimento psicológico que foi extinto e na Engenharia de Minas, 25% afirma ter acesso a Educação em Saúde, 25% à distribuição de medicamentos, e 25% a prevenção ao adoecimento. Em destaque um professor da engenharia relata a dificuldade de acesso a outras ações de saúde e pontua como isso tem contribuído para que ele não consiga se tratar e prevenir doenças que podem o levar a morte.

“Todos por minha conta. Nada pela Universidade. Inclusive o convenio que havia com alguns psicólogos foi extinto.” (Respondente nº1)

“ Comentário: Acredito que seria de grande valia, mas não fui feliz nas tentativas de procurar o serviço de saúde, principalmente “ações de saúde”, Sou diabético, Hipertenso, “uso exagerado de drogas lícitas” (calmantes, dores coluna e antidepressivos), todos comprados com receita médica, que fica retida. Esperava que pudesse ter ajuda efetiva, pois a aposentadoria está cada vez mais longe, (teremos de trabalhar mais anos), será que Trabalhando em uma universidade que tem curso de medicina, vamos passar por derrames, infartos ou mesmo internados por depressão acentuada e seus efeitos. Qual a vantagem para os funcionários, termos um excelente curso de Medicina e Nutrição da UFOP, se não podem ajudar um simples professor.” ( Respondente nº 10 )

A última fala corrobora com as afirmações feitas durante o estudo do item 2.2 exemplificando as condições precárias de trabalho e quais os rebatimentos disso na saúde docente assim como os serviços ofertados pela política de saúde que trabalhem com a prevenção de episódios de adoecimento. Mesmo a partir da expansão do ensino superior as dificuldades de acesso aos bens de serviço continuam escassas. Com o

aprofundamento do desmonte dos direitos do trabalhador a previsão de aposentadoria fica cada vez mais distante, dessa forma pode-se concluir que o docente tem como horizonte cada vez mais trabalho com menores e frequentes condições de sobreviver de forma saudável e humana.

O último item do questionário se refere a uma pergunta aberta que permitisse o docente, caso ele quisesse expressar, como ele acredita que a expansão do ensino superior tem contribuído para o fortalecimento da categoria. As respostas obtidas foram predominantemente negativas no que tange ao fortalecimento da docência. Em uma resposta específica um professor da Engenharia de Minas faz um relato que materializa todas as perguntas embutidas no questionário e abre portas para que as análises feitas ao longo do estudo sejam aprofundadas. As respostas dos docentes foram divididas em 4 itens para melhor compreensão sendo eles a estrutura institucional, precarização do trabalho docente, rebatimentos da expansão para organização docente, adoecimento da categoria

Em relação à estrutura institucional a partir da expansão do ensino superior :

“Não. Pois a expansão ocorre sem os recursos necessários para a manutenção dos insumos básicos rotineiros, material de escritório, manutenção de laboratórios, incentivo à qualificação, recursos para pesquisa e extensão, assistência estudantil, etc. De resto, a expansão tem sido acompanhada de um aumento do controle e da extrema burocratização do trabalho docente. Por fim, as formas de aferição de produtividade são totalmente incompatíveis com a natureza do trabalho, pois, “lógicas” importadas, não respeitam os tempos e as dinâmicas próprias dos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão.”( Respondente nº3)

“ Apesar da reclamação eterna de professores temos várias oportunidades de participar de eventos, melhorar nossos conhecimentos através da pós-graduação, na engenharia de minas apenas 2 professores tem mestrado o restante doutorado, seis são bolsistas de produtividade do CNPq. A Ufop criou auxílio ao pesquisador e fora as diversas possibilidades de fomento oferecidos pelas agencias, empresas e fundações.”(Respondente nº 12)

“Não, pois o investimento financeiro, individual, por instituição, diminuiu” ( Respondente nº9)

É importante ressaltar nas falas acima que os participantes identificam a precarização das condições da estrutura da instituição sendo que, aquele que indica avanços, os atribui em parte ao fomento externo por empresas e fundações.

No que tange à precarização das condições do trabalho docente:

Não, pelo contrário, a expansão tem sido caracterizada por uma dinâmica quantitativa, seletiva, privilegiando um padrão de ciência instrumental, com fortes traços privatistas, o que repercute sobre a categoria dos docentes. Perdas salariais crescentes, reforma da previdência com instituição do FUNPRESP, desestruturação da carreira, falta de condições materiais de trabalho, tudo isso tem repercutido negativamente sobre o trabalho docente na UFOP.(Respondente nº7)

“Não, ao contrário. A expansão do ensino superior tem contribuído com a precarização das condições do trabalho docente, com expressões significativas na organização da categoria. E ainda, a exigência por produtividade e pontuações pré estabelecidas, tem esvaziado espaços importantes da formação profissional, deixado de fora o debate e o investimento na graduação, estágio, e uma pesquisa articulada com as reais demandas da sociedade às quais deveriam estar articuladas os cursos.”(Respondente nº5 )

“Não. A expansão ocorreu de forma precarizada, acompanhada da reforma da previdência e a reestruturação da carreira, as quais retiraram o direito a aposentadoria condigna à nossa qualificação e trabalho desenvolvido; e rebaixou salários e estratificou ainda mais a categoria.”( Respondente nº1)

“Sim, na medida em que amplia a presença de diferentes grupos, com diferentes ideologias, interesses e perspectivas no âmbito universitário. Não, na medida em que a diversidade tem contribuído para uma fragmentação entre os docentes – antes Reuni e pós Reuni.”( Respondente nº2)

As falas acima corroboram com as afirmações que realizamos ao longo desse estudo referentes aos impactos da previdência privada, convivência de trabalhadores que se inserem numa carreira desmontada ao longo dos anos de inserção.

No que se refere aos rebatimentos da expansão do ensino superior no fortalecimento da categoria docente:

“O fortalecimento de uma categoria profissional pode se dar em diferentes e divergentes sentidos. Se pensarmos do ponto de vista quantitativo, podemos dizer que, com a expansão das IES públicas e do número de vagas nas IES particulares, nas últimas duas décadas no Brasil, houve um aumento no quantitativo de docentes. Esse aumento, conseqüentemente, gerou uma maior massa de trabalhadores nesse campo de emprego, aptos a se organizar e lutar por seus direitos específicos (vencimento, plano de saúde, auxílio alimentação, auxílio transporte, plano de carreira e previdência, etc.) e gerais (luta pelo fundo público, melhores condições de urbanização, ampliação de políticas sociais, acesso a riqueza socialmente produzida, reorganização do metabolismo social, etc.). Entretanto, essa organização coletiva trata-se de uma potencialidade, uma possibilidade, um dever ser, que não, necessariamente, se concretiza como uma condição real, objetivada. Trata-se, portanto, do processo de ampliação da consciência de classe em si para classe para si, em que esse setor de trabalhadores, docentes, assim como os demais setores da classe trabalhadora, deve experienciar para se fortalecer. Diante a isso, penso que a expansão é, contraditoriamente, um elemento de contribuição para o fortalecimento da categoria docente, pois, amplia o

quantitativo, aumentando o potencial desses trabalhadores de se organizar e promover maior pressão social, como observado na construção de greves e manutenção de sindicatos. Entretanto, não somente. A expansão do ensino superior envolve esse amplo quantitativo de docentes em um processo de trabalho alienado, precarizado, superexplorado e fundamentado em uma sociabilidade específica, mediada pela mercadorização de tudo e pelo individualismo exacerbado. Assim, essa massa ampliada de docentes é inserida em instituições caracterizadas, dentre outros, por orçamento insuficiente e seletivo (principalmente alocado na área de ciências exatas), infraestrutura precária e diferentes vínculos empregatícios e planos de cargos e salários. Nesse sentido, têm-se uma classe docente que vivencia diferentes tipos de cotidiano profissional, de condições para capacitação, de acordos trabalhistas, tendo em vista as várias reformas previdenciárias e os cortes no investimento em ensino, pesquisa e extensão. Essa gama de vivências figura como um obstáculo à organização coletiva dos docentes. Isso porque tende a criar a aparência de que não são todos iguais (hierarquizando entre mais produtivos, mais remunerados, mais expoentes), e escondendo a essência de igualdade na sua condição de trabalhador. Por outro lado, é preciso salientar que ainda que sejam organicamente trabalhadores, há divergências, não se tratando de um grupo monolítico. Isto é, podemos observar uma parcela dos docentes que condescendem com o projeto de sociabilidade burguês e não se opõem a esse em nenhum sentido; outro busca a organização coletiva, num esforço de forjar novas condições de trabalho; e, por fim, uma parcela que, além das lutas específicas, se compromete com a construção de uma nova ordem social. Nesse sentido, temos dentre os docentes, intelectuais orgânicos ligados a classes sociais e perspectivas teórico-metodológicas diversas. Portanto, a moeda da expansão do ensino superior de um lado exhibe a ampliação do quantitativo de docentes, e, do outro, as precárias condições de trabalho e desenvolvimento das IES. Nesse sentido, entendo que a expansão não pode ser vista por uma lente maniqueísta (boa ou ruim?), e sim como um elemento formado por mediações contraditórias. Potencializar a positividade desse elemento, que diz respeito à ampliação da consciência de classe, demanda reconhecer a precariedade dessa expansão, mas não apenas. Impõe também olhar para esse local de trabalho, a academia, e reconhecer que, historicamente, o ethos profissional dominante é, independente da perspectiva teórico-metodológica, tangido por uma prática profissional não coletiva e/ou em pequenos grupos de autodefesa e autopromoção. Em que os docentes, em sua maioria, projetam o reconhecimento como o fim último da sua intervenção profissional. Consequentemente, no geral, têm-se um ambiente de trabalho hostil e crivado de competitividade e conflitos de cunho subjetivo e pessoal; um agir ético-moral destoante de valores progressistas e, certas vezes, incoerente até mesmo com sua opção teórica do docente; uma reprodução desenfreada de comportamentos que legitimam e aprofundam a sociabilidade fincada no ethos burguês, machista, racista, adultista e homo/bi/lesbi/transfóbico. “ ( Respondente nº 6)

A fala acima nos permite confirmar o debate construído ao longo do capítulo 2.1 sobre a expansão do ensino superior e quais os rebatimentos na categoria docente. Tendo em vista a ampliação quantitativa de cursos e serviços e escassez na qualidade dos investimentos na política de educação.

Adoecimento do docente no ensino superior :

“Vejo como pressão psicológica, mais alunos, mais turmas, menos computadores. Não vejo como fortalecimento (Especificamente no caso da UFOP), estamos perdendo a identidade, somos um “número”. Tudo agora é baseado no “faça a inscrição e entre na fila”, Acredito ainda, que em nosso ambiente de trabalho, a depressão ainda é encarada como frescura, simples pessimismo ou até mesmo falta de caráter. É encarada como uma doença de poucos, ou nem mesmo como doença, o que faz com que muitas pessoas por aí sofram com ela sozinhas, sem nenhum tipo de ajuda ou tratamento. Falar com uma pessoa deprimida para ela mesma procurar tratamento; “quanto tempo você quer para voltar curado”, decida, não podemos ficar sem você lecionar. Ao meu ver é um crime, uma total falta de conhecimento da situação. Isto não é função de Engenheiro; nossos superiores são todos engenheiros, (chefe, coordenador de curso, diretor, reitor). Não seria melhor procurar o profissional adequado. (e os conselhos das profissões, (Crea, CRMO, etc.) Perdemos uma aluna muito querida por depressão, o número de suicídios está aumentando. Será que vai acontecer comigo? (Desculpe o desabafo, mas é assim que penso e sinto no momento; não, não era assim antes. Não, o professor não era um número, ou um "integrante de uma linha de montagem automatizada" ; (Regras da Capes), não era cobrado somente quantidade, número de trabalhos, mas qualidade, importância, aliada a boas aulas na Graduação e à satisfação dos alunos). À inteira disposição, e sentindo a depressão é um transtorno psiquiátrico que afeta milhões de pessoas no mundo todo e chega a ser considerada o mal do século pelos especialistas. Ela é do tipo de doença que pode afetar qualquer pessoa, independentemente de sua classe social, cor, orientação sexual, religião, enfim. Qualquer pessoa em qualquer contexto, apesar de haver casos onde pessoas tem mais predisposição do que outras. Essa doença pode se tornar cada vez mais grave se não for devidamente tratada e reconhecida, culmina na pior coisa: suicídio.”( Respondente nº10)

A fala acima exemplifica todo debate construído ao longo do trabalho na pretensão de evidenciar o adoecimento docente a partir das condições de trabalho pautadas na lógica produtivista.

Todas as respostas dadas confirmam os estudos feitos, exemplificando as condições precárias de desenvolvimento das atividades docentes a partir da reestruturação produtiva e expansão do ensino superior e seus rebatimentos na saúde do trabalhador docente. Em especial a última fala citada nos remete aos estudos desenvolvidos no item 2.1 que indicam que o adoecimento docente tem se dado em vários campos e em especial no da saúde mental. Essa realidade associada à ausência de uma política de saúde que seja norteada pela saúde do trabalhador de forma ampla e não apenas restrita aos aspectos biológicos torna o quadro apresentado ainda mais complexo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os estudos realizados foram de importância relevante para o tencionamento acerca do adoecimento docente do ensino superior a partir das determinações sociais de seu trabalho dentro e fora da academia. Os resultados obtidos deixaram explícito que o acesso a saúde ainda está restrito a lógica curativista e parte significativa dos docentes possuem previdência privada.

Existe disparidade entre os cursos de Serviço Social e Engenharia de Minas em relação a estrutura institucional que estão alocados ambos os cursos e isso não faz com que o adoecimento seja menor em um lugar que o outro, pelo contrário, os docentes da Engenharia estão submetidos a modelos de contratação tão frágeis quanto o Serviço Social e o desmonte sobre os direitos trabalhistas afeta toda a categoria.

O que diferencia de forma substancial um curso do outro é a influência da iniciativa privada que oferece condições de desenvolvimento de pesquisa e extensão para os alunos assim como a hipótese levantada de ser ofertado benefícios a parte para os professores influenciando na remuneração salarial dos mesmos. Essa afirmação abre portas para estudos posteriores pois ao longo do estudo não foi possível comprovar dados que confirmem a quem e de que forma são destinadas as bolsas de pesquisa financiadas pela fundação Gorceix, apesar de falas dos participantes indicarem a existência desse apoio. É importante destacar que ao referir a iniciativa privada entendemos que a presença da mesma nos espaços públicos não fortalecem e nem contribuem para melhorias na política de educação, pelo contrário a fusão público e privado é um grande entrave para o desenvolvimento das políticas sociais tendo em vista a desresponsabilização do Estado e o caráter mercadológico ao qual a Educação vem sendo incorporada.

O que precisa ser destacado é o fato de que mesmo com a presença da iniciativa privada oferecendo subsídios para o desenvolvimento de atividades para além da sala de aula, o adoecimento do docente permanece sendo um fator de destaque, isso ocorre por entendermos que a base onde se fundamenta esse processo está alocado no desenvolvimento estrutural da sociedade que não oferta bens de serviços que transformem os percalços e dificuldades encontradas no seio da carreira acadêmica.

A categoria docente vem passando por grandes desafios no que tange ao asseguramento de seus direitos e acesso a benefícios que permitam efetiva condições de trabalho sem a presença da precarização trabalhista em contrapartida assim como os cortes e desmontes que enfraquecem a categoria e determinam processos que podem desaguar no adoecimento desse trabalhador.

A relevância do estudo foi comprovada através de depoimentos dos docentes, em especial um professor da engenharia que em seu relato materializa o alcance do resultado da pesquisa, comprovando o adoecimento do trabalhador docente a partir das determinações sociais da organização do trabalho.

A frustração e o adoecimento, diante da conjuntura desfavorável que marca o cotidiano desses profissionais, são crescentes e surgem como causa e efeito do adoecimento. A realidade de trabalho do docente de nível superior, marcada por uma intensa precarização a partir da contrarreforma da educação potencializa exaustão e cansaço em níveis relativamente grandes, o que pode incidir sobre a saúde dos profissionais, podendo acarretar e/ou agravar o adoecimento do docente.

Para que essas determinações sejam superadas é necessário uma mudança radical em torno da sociedade tendo como luta a perspectiva emancipadora, humana e política do ser social como aponta Meszáros (2009).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Giovanni; A Condição de Proletariado- A Precariedade do Trabalho no Capitalismo Global , Editora Praxis: 2009.

ANDES-SN, A contrarreforma da Educação Superior: Uma análise do ANDES-SN das principais iniciativas do governo de Lula da Silva, Brasília, 2004.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2010. \_\_\_\_\_.

Adeus ao trabalho? São Paulo: Cortez, 2013. \_\_\_\_\_. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013a. v. II

. \_\_\_\_\_ (Org.). Riqueza e miséria do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006. v. I.

\_\_\_\_\_ (Org.). Riqueza e miséria do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013. v. II.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARGOLO, João Carlos Tenório; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. O impacto do desemprego sobre o bem estar – estar psicológico dos trabalhadores da cidade Natal. Revista administração contemporânea, v. 8, n 4, p.161-182, dez, 2004.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOTELHO, Adriano. Do Fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capita. São Paulo: Annablume, 2008.

CARMO, Roberto Coelho do. Por um fio: O Sofrimento na Era do Capitalismo Flexível. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

CIAVATTA, Maria, O trabalho docente e a produção do conhecimento: Uma análise de sua historicidade; SEMINÁRIO CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO SÉCULO XXI  
Seminário de C & T do ANDES-SN; Brasília - nov. 2011

DAL ROSSO, Sadi. Mais trabalho! : A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho. 5. ed. ampliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In ABEPSS. Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II, nº 3, (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

LEDA, D. B. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capi- talistas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janei- ro: Anped, 2006. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br>>. Acesso em: 5 jun. 2010.

LEITE, Janete Luzia, Trabalho docente e produção do conhecimento. SEMINÁRIO CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO SÉCULO XXI Seminário de C & T do ANDES-SN; 2016.

LIMA, Katia; Expansão da Educação Superior brasileira na primeira década do novo século, In: Serviço Social e Educação, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

LOPES, M. C. R. “Universidade produtiva” e trabalho docente flexibilizado. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 6, n. 1, p. 35-48, jan./jun. 2006.

LUKÁCS, Gyorgy. Ontologia do Ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências humanas, 1979.

LUKACS, Gyorgy. O Jovem Marx e outros escritos de filosofia. Organização de J.P.NETTO E C.N. Coutinho. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. 2º Ed.

LUKÁCS, Gyorgy. Ontologia do Ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências humanas, 1979.

Introdução ao Método da Teoria Social. Capacitação em Serviço Social. CEAD/UNB, Brasília, 2009.

MARX, Karl. O Capital – crítica da economia política. Livro I, Vol. II, cap. XXIII. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

\_\_\_\_\_. Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. O Capital. Tradução: Reginaldo Sant' Anna. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a. livro 1, v.I.

\_\_\_\_\_. O Capital. Tradução: Reginaldo Sant' Anna. 12ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998b. livro 1, v.II.

\_\_\_\_\_. Karl, ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008

MENDES, Jussara Maria Rosa, WUNSCH, Dolores Sanches; Serviço Social e a saúde do Trabalhador: uma dispersa demanda, São Paulo, 2011.

MESZÁROS, Istvan. (2005). A Educação para além do Capital. São Paulo: Boitempo Editora.

MESZÁROS, Istvan. (2005). A Educação para além do Capital. São Paulo: Boitempo Editora.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

PINTO, Marina Barbora; Precarização do trabalho docente: competitividade e o fim do trabalho coletivo, In: Serviço Social e Educação, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SELIGMANN-SILVA, E. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHAFF, Adm. O Marxismo e o Indivíduo. Trad. Heidrum Mendes da Silva. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou Massificação Mercantil. 2015.

SCHIMIDT, Martha Halfed Furtado de Mendonça. Trabalho e saúde mental na visão da OIT. In: Revista do Tribunal regional do trabalho 3º região, Belo Horizonte, n.81, 2010.

Sites visitados:

<http://propp.ufop.br/pesquisa/iniciacao-cientifica/> disponível em 27/09/16 às 12:33

<http://www.icsa.ufop.br/> disponível em 27/07/16 às 16:25

[http://portaltransparencia.com./](http://portaltransparencia.com/) disponível em 27/07/16 às 12:00

<http://gorceixonline.com.br/historico/> disponível em 27/07/16 às 9:00)

<http://www.ufop.com.br/> disponível em 27/07/16 às 08:00

[http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuação\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuação_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf).

## ANEXOS:

### Anexo I:

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada **AS IMPLICAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA SAÚDE DO TRABALHADOR DOCENTE**. Esta pesquisa está sendo desenvolvida como pré-requisito de avaliação da disciplina Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social.

Trata-se de uma análise investigativa que tem como objetivo desenvolver um estudo que problematize os determinantes sociais na saúde do trabalhador docente dos cursos de Engenharia de Minas e de Serviço Social. A metodologia adotada compreende a realização de consulta bibliográfica, análise de dados e aplicação de questionário com perguntas que permitam problematizações advindas do objeto de pesquisa.

Ao aceitar participar da pesquisa você irá responder o questionário abaixo até o dia 19 de junho de 2016. A pesquisadora se compromete a manter o compromisso ético de não plágio do trabalho, de resguardo da identidade dos entrevistados e dos dados informados.

Respondendo esse email compreende-se seu consentimento a participar da pesquisa. Me coloco a disposição para informações pelo telefone (31) 984362361 e pelo email [geruzageruza.silva35@gmail.com](mailto:geruzageruza.silva35@gmail.com).

#### QUESTIONÁRIO:

1Qual sua idade?entre:( ) 20 e 30 (X) 31 à 40 ( ) 41 à 50 ( ) acima de 50.

2Sexo?( )Feminino (X) Masculino

3Qual seu tempo de docência na UFOP? 03 anos e 02 meses

4Qual sua maior titulação? (X) mestrado ( ) doutorado ( ) pós doutorado.

5 Enquanto docente da UFOP você teve ou tem (em caso de estar em capacitação no momento) algum incentivo da instituição? (X) Sim ( ) não

Se sim assinale qual:

( ) licença integral por todo o tempo da capacitação

(X)licença integral por período inferior ao tempo de capacitação

licença parcial

outros, especifique:

**6** Você possui projeto de extensão?  sim  não

R. Não se aplica, pois estou afastado integralmente para capacitação.

**7** Você possui projeto de pesquisa?  sim  não

R. Não se aplica, pois estou afastado integralmente para capacitação.

**8** São oferecidas formas de financiamento para que você desenvolva pesquisa ?

sim  não R. Não se aplica, pois estou afastado integralmente para capacitação.

**9** São oferecidas formas de financiamento para que você desenvolva extensão?

sim  não R. Não se aplica, pois estou afastado integralmente para capacitação.

**10** Você exerce cargo administrativo na UFOP?  sim  não

R. Não se aplica, pois estou afastado integralmente para capacitação.

**11.** Quantas disciplinas você leciona atualmente?  1  2  3  4  mais de 4

R. Não se aplica, pois estou afastado integralmente para capacitação.

**12** Quantos artigos você produziu no último ano?  nenhum  até dois  até cinco

mais de cinco

**13** O curso no qual você leciona possui revista de publicação?  sim  não

**14** Há incentivo por parte da UFOP para participar de cursos de capacitação e congressos?  sim  não

**15** Há incentivo por parte das instituições que financiam pesquisa para participar de cursos de capacitação e congressos?  sim  não

**16** Como você avalia a infraestrutura das salas de aulas e do departamento no qual trabalha?  muito boa  boa  ruim.

**17** Somando todas as atividades desenvolvidas por você, qual a carga horária semanal você exerce?  20 hrs  30hrs  40 hrs  mais que 40 hrs

R. Não se aplica, pois estou afastado integralmente para capacitação.

**18** Você relaciona algum episódio de adoecimento vivenciado nos últimos dois anos às suas atividades de trabalho como docente?  sim  não

**19** Você utiliza plano privado de saúde?  sim  não

## Anexo II

16	Nome Completo da(o) Professora(o):					
17	Unidade:					
18	Departamento de origem:					
19	Endereço do Currículo Lattes:		<a href="http://lattes.cnpq.br/">http://lattes.cnpq.br/</a>			
20	Ano de obtenção do título máximo da sua formação acadêmica (mestre ou doutor):					
21						
22	<b>Formação Acadêmica</b>		<b>Pontuação</b>	<b>Resposta</b>		<b>Sub-total</b>
23	Titulação Máxima (mestrado = 6; doutorado = 12)		6 ou 12			0
24	Estágio de pós-doutorado		3			0
25	<b>Sub-total da Formação Acadêmica</b>					<b>0</b>
26	<b>Produção Técnica, Científica e de Artística</b>		<b>Pontuação</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
27	Periódico Qualis A1		20			0
28	Periódico Qualis A2		15			0
29	Periódico Qualis B1		10			0
30	Periódico Qualis B2		8			0
31	Periódico Qualis B3		6			0
32	Periódico Qualis B4		5			0
33	Periódico Qualis B5		3			0
34	Periódico Qualis C		1,5			0
35	Publicação em jornais e magazines (máximo 3 por ano)		0,5			0
36	Publicação de Livro Técnico com ISBN		15			0
37	Tradução de livro da área com ISBN		10			0
38	Organização de livro da área com ISBN		10			0
39	Capítulo de Livro da área com ISBN (máximo 2 por livro)		3			0
40	Trabalhos completos em anais - Internacional (máximo 1 por ano)		5			0
41	Trabalhos completos em anais - Nacional (máximo 1 por ano)		2,5			0
42	Palestra, conferência ou mesa-redonda (máximo 2 por ano)		1			0
43	Criação e apresentação de obra artística no exterior (máximo 2 por ano)		5			0
44	Criação e apresentação de obra artística no Brasil em evento internacional (máximo 2 por ano)		4			0
45	Criação e apresentação de obra artística no Brasil em evento nacional (máximo 2 por ano)		3			0
46	Criação e apresentação de obra artística no Brasil em evento regional (máximo 2 por ano)		1,5			0
47	Atuação como Bolsista de Produtividade CNPq, por ano.		7			0
48	Coordenação de projeto de pesquisa vigente aprovado por agências de pesquisa (CNPq, CAPES, FAPEMIG, FINEP, BNDES), por projeto, por ano, exceto bolsas.		5			0
49	<b>Sub-total da Produção Técnica, Científica e de Artística</b>					<b>0</b>
50	<b>Formação de Recursos Humanos em Pesquisa</b>		<b>Pontuação</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
51	Tese de doutorado orientada e defendida		10			0
52	Dissertação de Mestrado Orientada e Defendida		5			0
53	Tese de Doutorado co-orientada e defendida		5			0
54	Dissertação de Mestrado co-orientada e defendida		2,5			0
55	Orientação de Iniciação Científica Concluída (máximo 5 por ano)		1			0
56	TCC/Monografia de graduação orientada e defendida (máximo 5 por ano)		0,5			0
57	<b>Sub-total da Formação de Recursos Humanos em Pesquisa</b>					<b>0</b>
58						
59	<b>Liste aqui os periódicos com artigos pontuados que não estão listados no QUALIS e seus respectivos JCRs (fator de impacto)</b>					
60						
61						
62	Declaro que são verdadeiras as informações acima:		<input type="checkbox"/>	<b>Produtividade Total</b>		
63				<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
64	Planilha atualizada pela PROPP em março de 2015			0	0	0
				<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Anexo III

<b>Nome Completo da(o) Professora(o):</b>			
<b>Unidade:</b>			
<b>Departamento de origem:</b>			
<b>Endereço do Currículo Lattes:</b>	<a href="http://lattes.cnpq.br/">http://lattes.cnpq.br/</a>		
<b>Ano de obtenção do título máximo da sua formação acadêmica (mestre ou doutor)</b>			

Formação Acadêmica	Pontuação	Resposta			Sub-total
Título Máximo (mestrado = 6; doutorado = 12)	6 ou 12				0
Estágio de pós-doutorado	3				0
<b>Sub-total da Formação Acadêmica</b>					<b>0</b>
Produção Técnica, Científica e de Inovação	Pontuação	2013	2014	2015	Sub-total
Periódico Qualis A1	30				0
Periódico Qualis A2	30				0
Periódico Qualis B1	10				0
Periódico Qualis B2	10				0
Periódico Qualis B3	10				0
Periódico Qualis B4	5				0
Periódico Qualis B5	5				0
Periódico Qualis C	5				0
Publicação de Livro Técnico	15				0
Capítulo de Livro (Máximo 4 por obra)	5				0
Tradução de livro técnico da área ou Edição de Livro com ISBN	3				0
Trabalhos completos em anais com ISSN disponível no Lattes - Internacional (Máximo 4 por ano)	4				0
Trabalhos completos em anais com ISSN disponível no Lattes - Nacional (Máximo 4 por ano)	2				0
Programas de Computador Depositado no INPI	5				0
Patente Depositada no INPI	10				0
Atuação como Bolsista de Produtividade CNPq, por ano.	7				0
Coordenação de projeto de pesquisa vigente aprovado por agências de pesquisa (CNPq, CAPES, FAPEMIG, FINEP, BNDDES), por projeto, por ano, exceto bolsas.	5				0
<b>Sub-total da Produção Técnica, Científica e de Inovação</b>					<b>0</b>
Formação de Recursos Humanos em Pesquisa	Pontuação	2013	2014	2015	Sub-total
Tese de doutorado orientada e defendida	10				0
Dissertação de Mestrado Orientada e Defendida	5				0
Tese de Doutorado co-orientada e defendida	5				0
Dissertação de Mestrado co-orientada e defendida	2,5				0
Orientação de Iniciação Científica Concluída (máximo 5 por ano)	1				0
TCC/Monografia de graduação orientada e defendida (máximo 5 ano)	0,5				0
<b>Sub-total da Formação de Recursos Humanos em Pesquisa</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Este aqui os periódicos com artigos pontuados que não estão listados no QUALIS e seus respectivos JCRs (fator de impacto)**

<b>Declaro que são verdadeiras as informações acima:</b>	<input type="checkbox"/>	<b>Produtividade Total</b>			
		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Triênio</b>
		0	0	0	<b>0</b>

*Planilha atualizada pela PROPP em abril de 2015*